

Gazeta

DO INTERIOR



LarBelo
móveis

**Restauro
de Móveis!**

Telm.: 962 875 260
Rua J. A. Morão, 16 - Castelo Branco

Ano XXXII | N.º 1702 | 4 de agosto de 2021 | Diretor: João Carlos Antunes | Sai à 4ª feira | Semanário | 0.60 € (IVA inc.) | Email: redacao@gazetadointerior.pt | www.gazetadointerior.pt

CONSTRUA BOAS MEMÓRIAS NUM SEMI-NOVO ALBIFAST

**MELHOR QUE O DESTINO,
É A VIAGEM!**

CONDUZA COM SEGURANÇA. www.albifast.pt



ALBIFAST
DRIVE THE GOOD, DRIVE THE BEST.

MAIS DE 300 TRABALHADORES PARA O DESEMPREGO

Falência da Dielmar deixa a Região em choque

› pág. 16



CENSOS 2021

Distrito perde cerca de 19 mil residentes

› pág. 9

IDANHA-A-NOVA

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ganha novas instalações

› pág. 11

DESPORTO

Distrito com três finais de etapa da Volta

› pág. 13

AUTÁRQUICAS/CASTELO BRANCO

Partido Socialista e Bloco de Esquerda apresentam as listas candidatas

› págs. 6 e 7



JOSÉ PAULO, Lda.
ARMAZÉM DE FERRO | CASTELO BRANCO

O SEU PARCEIRO DE CONFIANÇA!

PRODUTOS SIDERÚRGICOS DE QUALIDADE
COM SOLUÇÕES À SUA MEDIDA COM FLEXIBILIDADE DE PREÇOS

Loja 1: Rua Sto António - Loja 2: Cruz do Montalvão
Telfs.: 272 331 243 - 272 340 280 - CASTELO BRANCO
E-mail: fsilvajpl@gmail.com - rep.comercialjpl@gmail.com

Gazeta

DO INTERIOR

CONSELHO EDITORIAL
António Salvado,
e Pedro Roseta

DIRETOR
João Carlos Antunes
direccao@gazetadointerior.pt

REDAÇÃO
redacao@gazetadointerior.pt
Chefe de redação
António Tavares (CP 1527 A)
tavares@gazetadointerior.pt
Colaboradores permanentes:
Clementina Leite (CO778)
Paulo J. Fernandes Marques -
Zona do Pinhal

desporto@gazetadointerior.pt

Colaboradores de Desporto: Manuel
Geraldes, João Perquilhas, Joaquim
Ribeiro, Leal Martins, Luís Ferreira,
Luís Seguro, Luís Teixeira, Miguel
Malaca, Paulo Serra, Rui Fazenda, RCB.

CORRESPONDENTES
Lardosa: Manuel Teles.
Nisa: José Leandro, Mário Mendes.
Oleiros: José Marçal.
Penamacor: Agostinho Ribeiro.
Preença: Jorge Cardoso e Martins
Grácio.
Retaxo: José Luís Pires.
Sertã: António Reis, João Miguel e
Manuel Fernandes.
Vila de Rei: Jorge Sousa Lopes.

COLABORADORES
Abílio Ladeiras, Alfredo Margarido,
Alexandre Frade Correia, Alice Vieira,
Alzira Serrasqueiro, Antonieta Garcia,
António Abrunhosa, António Barreto,
António Branquinho Pequeno, Antó-
nio Brotas, António Fontinhas, Antó-
nio Maia (Cartoon), Armando Fernan-
des, Beja Santos, Carlos Correia, Car-
los Semedo, Carlos Sousa, Diário Di-
gital Castelo Branco, Duarte Moral,
Duarte Osório, Eduarda Dionísio,
Eduardo Marçal Grilo, Elsa Ligeiro,
Fernanda Sampaio, Fernando Mach-
chado, Fernando Penha, Fernando
Raposo, Fernando Rosas, Fernando
Serrasqueiro, Fernando de Sousa, Gui-
lherme d' Oliveira Martins, Lopes
Marcelo, João Belém, João de Sousa
Teixeira, João Camilo, João Carlos
Antunes, João Carlos Graça, João de
Melo, João Correia, João Mesquita,
João Ruivo, Joaquim Duarte, Jorge Ne-
ves, José Castilho, José Dias Pires, José
Sanchez Pires, Luís Costa, Luís Moita,
Mafalda Catana, Maria de Lurdes
Gouveia da Costa Barata, Manuel
Villaverde Cabral, Maria Helena Pei-
xoto, Maria João Leitão, Maria Manuel
Viana, Miguel Sousa Tavares, Orlando
Fernandes, Pedro Arroja, Pedro Sal-
vado, Preto Ribeiro (Cartoon), Rui
Rodrigues, Santolaya Silva, Santos
Marques, Tomás Pires (Cartoon), Val-
ter Lemos.

Estatuto Editorial em: www.gazeta
dointerior.pt/informacoes/estatu-
to-editorial.aspx

PROPRIEDADE E EDIÇÃO
INFORMARTE - Informação
Regional, SA
CF. n.º 502 114 894 N.º de Registo
113 375
Rua Sr.ª da Piedade, Lote 3A - 1.º Escri. 3,
6000-279 CASTELO BRANCO

Detentores de mais de 5% do Capital:
Adriano Martins, Carlos Manuel Santos Sil-
va, Controliva, S.A., Fernando Pereira
Serrasqueiro, Joaquim Martins, José Manuel
Pereira Viegas Capinha e NOV Comunica-
ção SGPS, S.A..

ADMINISTRADORES
João Carlos Antunes
Maria Gorete Almeida
administracao@gazetadointerior.pt

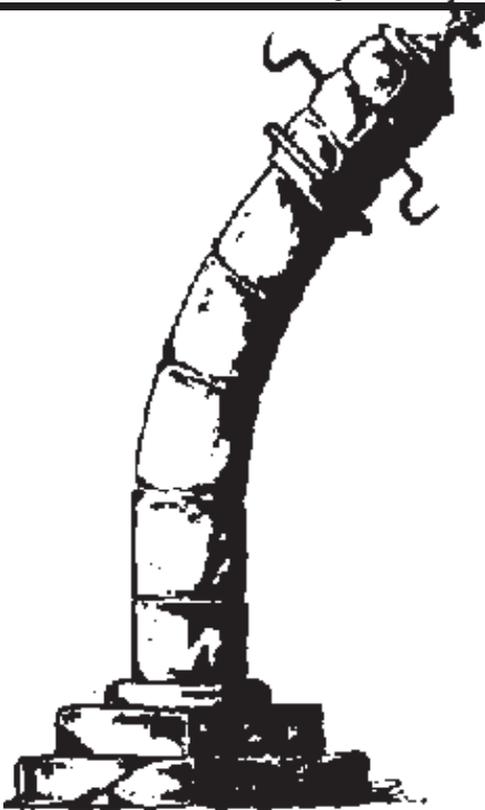
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
E COMERCIAIS
publicidade@gazetadointerior.pt
Gorete de Almeida
gorete@gazetadointerior.pt

IMPRESSÃO
Fábrica de Igreja Paroquial de S.
Miguel da Sé de Castelo Branco
Rua S. Miguel nº 3
6000-181 Castelo Branco

DISTRIBUIÇÃO
Informarte, S.A.
Tiragem Semanal 5 000

ASSINATURAS ANUAIS
assinaturas@gazetadointerior.pt
Nacional: 21,20€ c/ IVA
Estrangeiro: 35,00€ c/ IVA

SEDE, REDACÇÃO
E ADMINISTRAÇÃO
Rua Sr.ª da Piedade, Lote 3A - 1.º Escri. 3,
6000-279 CASTELO BRANCO
Telef.: 272 32 00 90



LUZ

A parte superior da Rua Ruivo Godinho, junto ao Largo da Sé, voltou a estar iluminada. *Pelourinho*, que não gosta só de criticar, aplaude a intervenção, que também abrangeu a Rua e o Largo da Sé. Só não compreende, qual o motivo pelo qual no Largo a intervenção ficou a meio, pois os pontos de iluminação do jardim, bem como os que estão junto ao Conservatório, ficaram na mesma. Será que se acabaram as lâmpadas? E já agora, de uma vez por todas, dotem a Rua Postiguinho de Valadares de iluminação pública.



ESCURIDÃO III

A saga da escuridão continua em Castelo Branco. Desta vez *Pelourinho* olhou pra o ponto mais alto da cidade e não pode deixar de reparar que a torre principal do Castelo está... às escuras. Entre dois trechos da muralha o que se vê é um espaço negro encimado por pontos luminosos. Situação que já se verifica há algum tempo e que não dignifica em nada o velhinho Castelo que merecia estar branco, se tivesse uma boa iluminação.

Apontamentos da Semana...



João Carlos Antunes

ocupado por população em idade ativa. Por isso não é admirar que este seja um tema central nas propostas de todos os candidatos autárquicos. Porque é um problema sério que exige uma reflexão séria.

EM 2015, um incêndio quase destruiu por completo o bonito edifício histórico do centro de S. Paulo que alberga o Museu da Língua Portuguesa. Foi recuperado, assim como a maioria do seu importante acervo, que felizmente estava em formato digital, e reabriu agora. Para este momento tão simbólico foi convidado o presidente Marcelo, tal como o anfitrião da visita, o presidente Bolsonaro e os ex-presidentes brasileiros ainda vivos, incluindo Lula da Silva, provável futuro residente no Palácio da Alvorada. Mas no momento de menor aceitação popular da sua governação, com níveis historicamente baixos de popularidade, isolado também a nível internacional, Bolsonaro resolveu trocar a inauguração por uma passeata com os seus amigos motards da extrema direita. Nada de estranhar de um presidente que não é particularmente conhecido pela sua estima pela cultura. Questionado sobre esta desconsideração do presidente brasileiro, Marcelo respondeu à letra lembrando uma expressão nortenha: só dança quem está na roda. Não tardará que Bolsonaro fique sozinho na roda.

SE FOSSE VIVO, ZECAAFONSO teria feito por estes dias 92 anos, mas a doença levou-o cedo, aos 57 anos. Um nome que parece já andar esquecido da memória de muitos portugueses, aliás como acontece com tantos outros artistas e escritores que marcaram tão incisivamente toda uma geração. Num perfeito sentido de serviço público, a RTP 1 lembrou-o num excelente e sentido documentário que passou na hora de maior audiência, na noite do seu aniversário. Do Zeca lembro o seu exemplo de luta, as suas canções, populares ou de intervenção política. E lembro também que estava sentado ao seu lado na noite de 24 de abril de 1974, no Instituto Alemão ao Campo Mártires da Pátria, em Lisboa. Assistíamos ambos a um concerto de jazz e pergunto-me se ele sabia que a Grândola iria poucas horas depois, ser o sinal para o início da revolução que nos devolveu a liberdade e a democracia. Com Otelo no posto de comando e com Grândola a ser para sempre o hino da Revolução dos Cravos

Entrevista.com

por: António Fontinhas



Marta Duarte

Marta Isabel Ferreira Duarte, nasceu a 16 de agosto de 1978, natural da Covilhã. É Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde pela Universidade da Beira Interior. Escrever um livro foi sempre um sonho a realizar! Tem já publicado um livro infantil sobre ecologia e proteção do ambiente “O Planeta da Galochas” e “O meu avô não virou estrelinha”, uma história sobre luto infantil. Estas experiências permitem aliar três grandes paixões, as crianças/jovens, a escrita e a Psicologia.

Do que gosta?

Gosto de sol e calor, de ler e escrever e gosto de música. Gosto de honestidade e verdade.

Do que não gosta?

Não gosto de injustiça, falsidade, hipocrisia e ideias preconcebidas. Não gosto que se façam juízos de valor sem conhecimento de causa.

A outra profissão que poderia ter exercido?

Sempre me lembro de dizer que queria ser educadora de infância. Atualmente tenho o prazer de poder conciliar a escrita, a Psicologia e as crianças nos livros infanto-juvenis que tenho publicado.

Os seus heróis de infância?

Não me sinto capaz de identificar heróis de infância quando tenho presenciado o que é a valentia na vida real. Tenho perto de mim verdadeiras heroínas, amigas, que foram guerreiras, valentes e corajosas na luta ingrata e desigual contra o cancro.

O que lhe falta realizar?

Muita coisa, espero eu. Tenho por hábito dizer que sou uma eterna insatisfeita. Sou extremamente grata por tudo o que tenho, mas estou sempre à procura de mais.

Qual a sua expressão favorita?

“Primeiro estranha-se, depois estranha-se” de Fernando Pessoa. Acho que se aplica a muitas situações na vida. O Ser Humano tem uma capacidade de adaptação extraordinária, o que inicialmente nos parece absurdo, impossível ou incompreensível mais tarde toma-se algo normal. Isto acontece até nas situações mais difíceis da vida, como por exemplo o luto (tema do último livro infantil que publiquei – O Meu Avô não Virou Estrelinha)

O que retém da sua educação?

Nasci numa família humilde com valores e princípios muito claros, robustos e presentes. Nunca irei esquecer as vezes sem conta que ouvi os meus pais repetirem que temos de ser trabalhadores, humildes e ter respeito pelos outros.

Leva a sério os seus sonhos?

Sim, acredito mesmo que o “sonho comanda a vida”. É claro que temos de ter sonhos realistas para os podermos levar a sério e lutar pela sua concretização.

Palavra favorita?

Sem dúvida a minha palavra favorita é AMOR, o amor em toda a sua amplitude. E é esta a palavra porque considero que se aplica a tudo. É o amor que nos move.

Encontro determinante?

Tive recentemente um encontro determinante e marcante com o prazer da escrita. Era algo em mim que desconhecia. No confinamento senti a necessidade de fazer algo diferente e surgiu esta paixão que me tem dado imensa satisfação.

JOSÉ RÉGIO LEMBRANDO CAMILO...



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Se há herói no romance “A Velha Casa” de José Régio é a própria casa. “Trata-se de uma meditação sobre a vida humana; sobre a condição humana. Apesar disso um romance: pois a condição humana não é aí meditada senão por meio de uma localização no espaço, numa situação no tempo, e através de personagens que vão vivendo o seu destino, tecendo e emaranhando a sua teia”... José Régio (1901-1969) merece uma atenção especial enquanto referência da cultura portuguesa do século XX. Cinco elementos poderemos salientar, que o tempo se encarregará de tornar mais evidentes. E a título de exemplo, podemos referir a apreciação que Régio fez de Camilo Castelo Branco e do lugar que ocupava na nossa literatura, que é de algum modo uma apreciação que poderemos considerar paralela relativamente ao seu próprio percurso, com as naturais distâncias. A história portuguesa e a síntese complexa que comporta demonstra bem como Régio segue as passadas camilianas, compreendendo a coexistência permanente entre o que puxa para a permanência e o que reclama as transformações. De facto, José Régio (a) compreendeu que a cultura portuguesa é múltipla e heterogénea; (b) ao salientar o papel de “Orpheu” e do primeiro modernismo, bem como a necessidade de o relembrar e continuar com a “Presença”, pôs em diálogo a modernidade e as raízes culturais permanentes; (c) o exemplo de Camilo é, assim, ilustrativo do modo como este via a nossa identidade, incompreensível sem a tensão entre uma arraigada tradição provinciana e castiça e o apelo do cosmopolitismo; (d) esta mesma tensão, na qual o eu se afirma, na relação com os outros (como em “A Velha Casa”, com Lelito), está bem patente na obra de Régio, como ponto de encontro entre diversas contradições, ora entre Deus e o Diabo, ora na distância entre a cidade e a província; e (e) Portugal viverá, assim, sempre entre a lembrança das

raízes antigas e o apelo à metamorfose e à mudança, sendo a aparente homogeneidade identitária feita de um complexo melting-pot que permite acolher as diferenças e completá-las, mais de proceder à sua mera adaptação.

Como afirma Eugénio Lisboa, a obra de Régio “insere-se (...) numa conceção de moderno, não fanática, e aceita (...) uma ideia de originalidade irremediavelmente chumbada à noção de sinceridade”. O respeito pela singularidade obriga a pô-lo no lugar do outro, para melhor o compreender a ele, e a nós também. E Jacinto do Prado Coelho dirá: “José Régio é um poeta moderno autêntico – pela desordem psicológica, pelo hipercriticismo dos próprios instintos, pela originalidade rebuscada, pela sobriedade vincante dos conceitos atirados à cara do leitor, pelo encerramento num castelo inacessível à maneira de Julião Sorel, de Stendhal, pelo arrojo e desencontro das formas”. Lembremos, de facto, a relação histórica de Régio com Camilo, sem tentação de anacronismo, ambos têm um diálogo natural, no qual prevalece a importância da sociedade, incapaz de se fechar numa das lógicas possíveis, a tradicional ou a moderna. “Em demasia foi encomiado Camilo por características estimáveis, sim, mas não de suprema importância na criação de um artista: o seu purismo, por exemplo, ou a extraordinária opulência do vocabulário, adquirido no trato com o povo e os clássicos. Outros dos seus admiradores – que, bem portugueses, reconheciam instintos e sentimentos seus próprios genialmente expressos nos livros do grande escritor – nem souberam descer ao fundo de si mesmos nem da obra dele. Balbuciam razões de ordem acessória, eles que as tinham de boa categoria”. Régio chama, assim, a atenção mais para a obra de Camilo e menos para a sua imagem ou para a sua biografia, não confundível com as qualidades do escritor e do cultor da língua. Daí a citação de Luís

Cardim, na “Seara Nova”, em que o crítico, ao escrever sobre a biografia de Oskar Wilde, de Hesketh Pearson, afirma que a melhor maneira de falar de um autor é “muito simplesmente, a de lermos as suas obras, e deixarmos em paz a vida, e até as idiossincrasias do autor que nas suas produções não estejam refletidas”.

Para Régio, a obra de arte, como a obra de pensamento, tem um valor em si – é uma “realidade concreta e objetiva”, cujo estudo desprevenido deve prevalecer sobre o da biografia, fisiologia, psicologia. A riqueza camiliana vem da simbiose entre a biografia do autor e a criação literária que a transcende. E assim, Régio salienta que o escritor aparentemente popular é, no fim de contas, menos acessível na intimidade da sua verdadeira grandeza do que, por exemplo, um Eça. Longe de um velho escritor subjetivista ou sentimental, “incorrível narrador de histórias de amores contrariados, pais tirânicos, meninas metidas em conventos e galãs fatais, com a morte ao fundo”, Camilo é um profundo conhecedor dos clássicos e da melhor criação literária, um conhecedor da vida do povo, um estudioso atento da realidade histórica e um fino analista do género humano. Contudo, vivendo da escrita, antecipou o que o tempo veio a tornar comum – a necessidade de encontrar modos de atrair e de fidelizar os seus leitores. Enganam-se, porém, quantos se limitam a lembrar as obras mais conhecidas, esquecidos da preocupação do escritor em ir além da receita romântica, designadamente no romance histórico ou na análise da sociedade. José Régio compreende esta lição, numa circunstância totalmente diferente. Importaria agora pô-lo em diálogo a melhor literatura e a reflexão individual. A “Literatura Viva” significa exatamente a compreensão da heterogeneidade e das diferenças. Como em “A Velha Casa”, metáfora da vida e da realidade: “O que lhe mostrava a experiência é que ninguém, senão ele, sabia na casa como ela tinha personalidade própria; como nessa personalidade compartilhavam todos os aposentos, tendo, embora, cada um o seu aspeto funcional; e como não só a personalidade da casa era insubmissa às coisas e pessoas que a povoavam, mas antes acabava por pesar sobre os seus gestos, palavras, atitudes, sentimentos”...

O DESASTRE POPULACIONAL



VALTER LEMOS

Os Censos 2021 revelaram a maior tragédia ocorrida em Portugal na última década: a brutal acentuação da assimetria populacional entre o litoral e o interior do país. A maior de sempre da história. O nível de coesão territorial é o pior de sempre!

1 – Todos os concelhos a leste do meridiano de Vila de Rei, que divide geograficamente o território do país em duas metades semelhantes, perderam população;

2 – Essa metade do país perdeu mais de 200 mil pessoas para o litoral, nos últimos dez anos;

3 – Todas as cidades do interior perderam população acima da média nacional. Veja-se o resultado das antigas capitais de distrito:

Bragança – 34.580 (-2,2%)
 Vila Real – 49.623 (-4,3%)
 Guarda – 40.155 (-5,6%)
 C. Branco – 52.272 (-6,8%)
 Portalegre – 22.368 (-10,3%)
 Évora – 53.568 (-5,4%)
 Beja – 33.401 (-6,8%)

No caso do distrito de Castelo Branco, tal como nos outros a razia é geral: Belmonte -9,5%; Castelo Branco -6,8%; Covilhã -10,3%; Fundão -9,2%; Idanha-a-Nova -14,2%; Oleiros -14,4%; Penamacor -16,2%; Proença-a-Nova -14,0%; Sertã -7,1%; V. V. Rodão -6,6%; Vila de Rei -5,1%, totalizando uma perda superior a 18 mil pessoas.

Se a situação dos concelhos mais rurais, apesar da enorme gravidade que assume, não é, inesperada ou surpreendente, devido à alteração radical da natureza da estrutura económica, ocorrida na parte final do século XX e início do século XXI, o caso

das cidades é absolutamente alarmante e de certo modo pouco compreensível, porque estas deveriam ser, precisamente, o fator de compensação dessa alteração. Veja-se a inacreditável evolução dos censos nas três cidades da região:

Anos	Fundão	Covilhã	Castelo Branco
1864	26749	29368	29668
1930	42932	49934	50434
1960	47593	72957	63091
1981	32089	60945	54908
1991	31687	53999	54310
2001	31482 (-205)	54505 (+506)	55708 (+1418)
2011	29213 (-2269)	51797 (-2708)	56109 (+401)
2021	26521 (-2692)	46453 (-5344)	52272 (-3838)

Começamos pelo Fundão. A política de desenvolvimento do Fundão tem sido amplamente divulgada e apoiada na comunicação social local e até nacional. O autarca tem sido apontado como exemplo neste campo. Qual a explicação para este afundamento? Uma perda de 9,2% e o regresso a valores do século XIX é, sob qualquer ponto de vista, um desastre! Afinal do ponto de vista da política substantiva como explicar este desastre?

A Covilhã é outra situação muito difícil de explicar. Afinal a Covilhã é não só o concelho com melhores condições naturais (a serra e a cova da Beira) mas, também o que mais beneficiou das medidas tomadas pelos governos centrais nas últimas décadas (UBI, Faculdade Medicina, Centro Hospitalar da Cova da Beira, ferrovia, etc.). Uma perda de 10,3% é uma catástrofe que, além de profundamente desalentadora, é completamente incompreensível.

Castelo Branco perdendo 6,8% é aparentemente a desgraça menor, dentro da tragédia geral. Mas isso é ilusório. Desde logo

significam quase 4 mil pessoas! Mas, além disso, significam a completa inversão de tendência das décadas anteriores. Entre 1991 e 2011 Castelo Branco havia crescido em população contrariando todas as tendências da região e do interior do país. Nesta década a perda é trágica, ou seja, o resultado de 2021 é o pior desde 1930, mostrando que a última década é uma década tragicamente perdida! Todos os esforços dos mandatos de Joaquim Morão (e também de Vila Franca) que conduziram à única exceção nesta história, parecem ter-se esfumado!

É evidente que os principais culpados são os sucessivos governos, que, com uma ou outra honrosa exceção, nunca colocaram o problema no centro da agenda política e sempre o encararam de forma displicente e paternalista.

Não há políticas de natalidade minimamente consistentes (as creches em Portugal são mais caras, para muitas famílias, do que o ensino superior), a política de ensino superior e ciência, após a fase de construção do ensino politécnico, centrou-se nas últimas duas décadas quase exclusivamente no reforço das grandes universidades do litoral, as políticas económicas de incentivo à fixação ou crescimento empresarial no interior não existem ou são absolutamente risíveis, as políticas financeiras compensatórias têm abrangências ridículas ou constituem meros jogos de toca e foge como a lamentável e inenarrável novela das portagens mostra à exaustão, etc., etc.

Mas tudo isso não inibe as responsabilidades das lideranças locais, que se têm mostrado quase sempre mais preocupadas com os seus pequenos poderes e festinhas e festarolas, do que com estratégias de desenvolvimento continuadas e focadas na questão populacional. Grande parte dos autarcas centram-se exclusivamente em si próprios, odeiam-se cordialmente e são completamente incapazes de delinear e desenvolver uma estratégia conjunta e articulada, não só no respeitante às políticas locais, mas, também no respeitante ao diálogo, à negociação e à pressão sobre os governos centrais, mas também à envolvimento das instituições e dos cidadãos na consciencialização e na ação política.

PSP acompanha *Férias com Estilo* da Afonso de Paiva

O Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco, através dos polícias afetos ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade - Escola Segura, acompanha a iniciativa do Agrupamen-

to de Escolas Afonso Paiva denominada *Férias com Estilo*.

Na iniciativa foram abordados temas relacionados com a segurança rodoviária, prevenção do *bullying* e segurança na *Internet*.

CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES

Futuros polícias fazem estágio no Comando de Castelo Branco

Serão 13 os agentes estagiários que vão complementar a sua formação no Comando da PSP



Os agentes estagiários serão sempre acompanhados por polícias do Comando

O Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco adianta, na sua página do *Facebook*, que está a acolher, até dia 3 de setembro, 13 estagiários do 16.º Curso de Formação de Agen-

tes, que estão a complementar a sua formação prática na sede do Comando, em Castelo

Branco, e na Divisão Policial da Covilhã. Nesta componente prática

os estagiários são acompanhados por polícias do Comando que têm a função de tutores.

GNR divulga campanha *Piscina Segura* em vídeo

A Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Idanha-a-Nova, face à situação pandé-

mica e à maior procura de piscinas, praias fluviais, rios, ribeiras e lagoas, exponenciando o perigo de afogamento de crianças e jovens, produziu um vídeo que está a ser di-

vulgado no painel digital da Câmara de Idanha-a-Nova, localizado no Largo do Município.

O objetivo da apresentação do vídeo é divulgar e reforçar

as informações dirigidas aos turistas, nacionais e estrangeiros, direcionadas para a prevenção dos potenciais riscos e perigos relativos aos afogamentos de crianças.

SOLICITADORES

Cristina Barata
Tânia Preto
solicitadoras

Rua de S. Miguel, N.º 7, 1.º andar C (gaveto da Sé) 6000-181 Castelo Branco
Tel.: 272 084 684
Telm.: 934 587 673 - 964 729 652

Escº 2: Av. Aug. Duarte Beirão, n.º 6 6000-621 Retaxo Tel./fax: 272 989 281
Escº 3: Av. Marginal, 6282 r/c esq. 2765-586 São João do Estoril Telm.: 962 082 114

JOÃO GOES - NOTÁRIO CARTÓRIO NOTARIAL DE NISA EXTRACTO PARA PUBLICAÇÃO

Para efeitos de publicação, certifico, que foi outorgada escritura de justificação notarial no dia vinte e oito de Julho de dois mil e vinte e um, de folhas trinta e seis a folhas trinta e sete verso, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Dez, do Cartório Notarial do Notário João Maria Florindo Salgado de Goes, sito na Rua Alexandre Herculano, número dezoito, em Nisa, na qual compareceu como justificante **MARIA JOSÉ MENDES**, NIF 104372184, natural da freguesia de Fratel, concelho de Vila Velha de Ródão, solteira, maior, residente no Bairro Fernandes, s/n, em Fratel, Vila Velha de Ródão, que declara que com exclusão de outrem, é dona e legítima possuidora do **prédio urbano** sito na Rua do Ribeiro, número 17, em Fratel, freguesia de Fratel, concelho de Vila Velha de Ródão, composto por casa com três divisões no rés do chão e uma no primeiro andar e suas dependências, com a área total e coberta de trinta e oito metros quadrados, que confronta do norte com rua pública, do sul com Maria Julieta de Araújo Lopes, de nascente com Herança de Maria de Lurdes Afonso Barradas e de poente com José Carlos Pinto Araújo, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 609, com o valor patrimonial correspondente de € 15.194,55.

O referido prédio não se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Velha de Ródão e encontra-se inscrito na matriz predial urbana em nome do Cabeça de Casal da Herança de Henrique António Mendes.

O imóvel não sofreu obras que carecessem de licenciamento municipal.

O imóvel supra mencionado foi adquirido no ano de mil novecentos e noventa e oito, em data que não consegue concretizar, por partilha hereditária por óbito de Henrique António Mendes.

A justificante entrou logo na data da partilha verbal, na posse que exerce de forma ininterrupta, pacificamente e à vista de toda a gente, praticando todos os actos inerentes ao exercício do direito de propriedade, e do qual efectivamente sempre foi considerada a verdadeira titular, sem que no entanto se ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respectivo registo na Conservatória do Registo Predial.

Essa posse foi sempre exercida sem a menor oposição de quem quer que seja desde o seu início, e sempre exerceu à vista de todos e sem interrupção, usufruindo as utilidades possíveis, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública, tendo sempre suportado todos os encargos e despesas de conservação, não tendo todavia, considerando o modo de aquisição, documentos que lhe permitam fazer a prova do seu direito de propriedade perfeita.

Essa posse há mais de vinte anos, conduziu à aquisição por usucapião, que a justificante invoca sobre o mencionado prédio urbano, justificando o seu direito de propriedade para o efeito de registo predial, dado que esta forma de aquisição não pode ser comprovada por qualquer outro título formal extrajudicial.

Nisa, 28 de Julho de 2021

A Colaboradora,

Maria Olímpia da Silva Linares

(inscrita na Ordem dos Notários com o nº 476/1, no uso da autorização concedida pelo Notário João Goes publicada no sítio da Ordem dos Notários em 03/06/2019)

JOÃO GOES - NOTÁRIO CARTÓRIO NOTARIAL DE NISA EXTRACTO PARA PUBLICAÇÃO

Para efeitos de publicação, certifico, que foi outorgada escritura de justificação notarial no dia vinte e oito de Julho de dois mil e vinte e um, de folhas trinta e oito a folhas quarenta, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Dez, do Cartório Notarial do Notário João Maria Florindo Salgado de Goes, sito na Rua Alexandre Herculano, número dezoito, em Nisa, na qual compareceu como justificante **MARIA MARGARIDA MENDES BOTELHO PINTO**, NIF 201772787, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, casada sob o regime da comunhão de adquiridos com **CARLOS ALBERTO DO ROSÁRIO PINTO**, NIF 153161957, residente na Rua Nova, número 16, em Fratel, Vila Velha de Ródão, declarou como justificante que com exclusão de outrem, é dona e legítima possuidora do **prédio urbano** sito na Rua Nova, número 16, em Fratel, freguesia de Fratel, concelho de Vila Velha de Ródão, composto por casa com três divisões no rés do chão e uma no primeiro andar e suas dependências, com a área total de cento e vinte metros quadrados, sendo a área coberta de vinte e oito vírgula oitenta e seis metros quadrados, conforme declarado, e a área descoberta de noventa e um vírgula catorze metros quadrados, que confronta do norte com rua pública, do sul com Júlio Santana, de nascente com César Ribeirinho e de poente com Júlio Santana, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 656, com o valor patrimonial correspondente de € 8.718,85.

O referido prédio não se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Velha de Ródão e encontra-se inscrito na matriz predial urbana em nome do Cabeça de Casal da Herança de Henrique António Mendes.

O imóvel não sofreu obras que carecessem de licenciamento municipal.

O imóvel supra mencionado foi adquirido em mil novecentos e

noventa e cinco, em data que não consegue concretizar, no seu anterior estado de solteira, maior, por doação verbal feita por Henrique António Mendes, viúvo, residente que foi na Rua Nova, número 16 em Fratel, Vila Velha de Ródão.

De facto, a ora justificante entrou logo na data da doação verbal, na posse que exerce de forma ininterrupta, pacificamente e à vista de toda a gente, praticando todos os actos inerentes ao exercício do direito de propriedade, e do qual efectivamente sempre foi considerada a verdadeira titular, sem que no entanto se ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respectivo registo na Conservatória do Registo Predial.

Essa posse foi sempre exercida sem a menor oposição de quem quer que seja desde o seu início, e sempre exerceu à vista de todos e sem interrupção, usufruindo as utilidades possíveis, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública, tendo sempre suportado todos os encargos e despesas de conservação, não tendo todavia, considerando o modo de aquisição, documentos que lhe permitam fazer a prova do seu direito de propriedade perfeita.

Essa posse há mais de vinte anos, conduziu à aquisição por usucapião, que a justificante invoca sobre o mencionado prédio urbano, justificando o seu direito de propriedade para o efeito de registo predial, dado que esta forma de aquisição não pode ser comprovada por qualquer outro título formal extrajudicial.

CARLOS ALBERTO DO ROSÁRIO PINTO concorda com o teor da escritura, conservando o bem supra descrito a natureza de bem próprio da sua cónjuge.

Nisa, 28 de Julho de 2021

A Colaboradora,

Maria Olímpia da Silva Linares

(inscrita na Ordem dos Notários com o nº 476/1, no uso da autorização concedida pelo Notário João Goes publicada no sítio da Ordem dos Notários em 03/06/2019)

NO DISTRITO

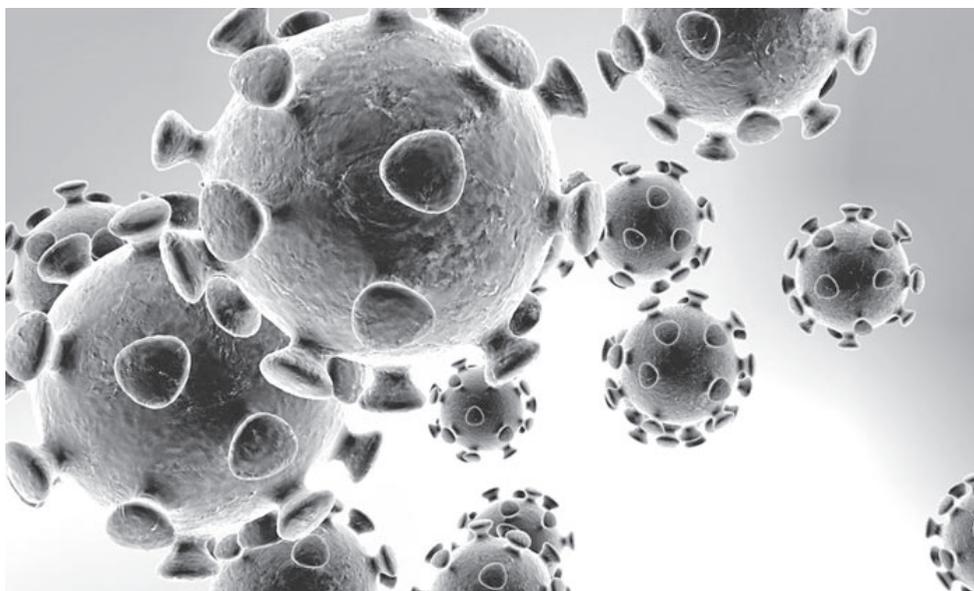
Belmonte e Castelo Branco pioram grau de incidência de COVID-19 e Oleiros melhora

Com ligeiras alterações e o Concelho de Castelo Branco a ter um aumento de infetados, o Distrito mantém a situação controlada

António Tavares

A Direção-Geral da Saúde (DGS) divulgou, na passada sexta-feira, 30 de julho, um novo relatório semanal do grau de incidência de COVID-19, o qual revela que no Distrito de Castelo Branco a situação piorou nos concelhos de Belmonte e Castelo Branco e melhorou no Concelho de Oleiros, enquanto nos restantes não registou alterações.

Recorde-se que nos dados avançados relativos à distri-



buição geográfica dos casos confirmados é indicado o concelho, a incidência cumulativa a 14 dias, neste caso de 15 a 28 de julho, e o grupo de incidência.

Assim, no Distrito de Castelo Branco, o Concelho de Belmonte, no que respeita à incidência cumulativa, apre-

senta 94 (31 a 21 de julho), piora a situação, ao passar do grupo de incidência de 20 a 59, para o de 60 a 119,9.

O Concelho de Castelo Branco apresenta 121 (92 a 21 de julho), piora a situação, ao passar do grupo de incidência de 60 a 119,9, para o de 120 a

239,9.

O Concelho da Covilhã, com 53 (47 a 21 de julho), mantém-se no grupo de incidência de 20 a 59.

O Concelho do Fundão, com 110 (64 a 21 de julho), mantém-se no grupo de incidência de 60 a 119,9.

O Concelho de Idanha-a-Nova, com 25 (25 a 21 de julho), mantém-se no grupo de incidência de 20 a 59.

O Concelho de Oleiros, com 40 (60 a 21 de julho), melhora a situação, ao passar do grupo de incidência de 60 a 119,9, para o de 20 a 59.

O Concelho de Penamacor, com 64 (85 a 21 de julho), mantém-se no grupo de incidência de 60 a 119,9.

O Concelho de Proença-a-Nova, com 179 (221 a 21 de julho), mantém-se no grupo de incidência de 120 a 239,9.

O Concelho da Sertã, com 227 (233 a 21 de julho), mantém-se no grupo de incidência de 120 a 239,9.

O Concelho de Vila de Rei, com 120 (150 a 21 de julho), mantém-se no grupo de incidência de 120 a 239,9.

O Concelho de Vila Velha de Ródão, com zero (zero a 21 de julho), mantém-se no grupo de incidência inferior a 20.

Editorial

ANTÓNIO TAVARES



O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou os dados preliminares do Censos 2021. O resultado é o que já se esperava: em 10 anos, entre 2011 e 2021, Portugal perdeu população. Uma perda de população que é extremamente acentuada onde já todos o esperavam, no Interior do País.

É o flagelo da desertificação do qual se fala há muitos anos, todos dizem que vão combater, mas ninguém, ou muito poucos, fazem alguma coisa a não ser promessas, que, como o ditado confirma, leva-as o vento.

Promessas feitas e repetidas de um modo que já cansa pelo poder central e que desaparecem na espuma dos dias. Sim, na espuma dos dias e não nas do mar, porque para o Litoral as promessas são cumpridas. O território do Interior, esse é que é reiteradamente esquecido, apesar das promessas dos políticos que saem dos seus gabinetes em Lisboa e vêm até à província espalhar demagogia e, quando é preciso, à caça de votos.

Valha em tudo isto a resiliência que quem aqui vive, que não desiste e vai vivendo, ou melhor sobrevivendo.

Valham também as ações de alguns políticos locais que, honra lhes seja feita, ainda vão lutando contra ventos e marés, do Litoral, para fazer com que os seus concelhos não fiquem completamente desertificados.

Mas há que ser otimista e pensar que com tanta gente no Litoral, um dia a terra cede e Portugal se separa de Espanha. Portugal será uma ilha e o Interior do Interior será Litoral e, então, os problemas poderão estar resolvidos. Ou será que nesse país/ilha continuará a haver preferência pelo Litoral mais velho, até que a ilha afunde?

Castelo Branco tem mais 16 casos ativos de COVID-19

O Concelho de Castelo Branco, esta terça-feira, 3 de agosto, registava 16 novos casos ativos de COVID-19, pelo que o total

passou a ser de 78.

Na área de abrangência da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULSCB) o total de

casos ativos era de 105, dos quais 78 no Concelho de Castelo Branco (mais 16), três no Concelho de Idanha-a-Nova (igual), dois no

Concelho de Penamacor (igual), zero no Concelho de Vila Velha de Ródão (igual), quatro no Concelho de Oleiros (igual), cinco no

Concelho de Proença-a-Nova (igual), 13 no Concelho da Sertã (menos seis) e zero no Concelho de Vila de Rei (igual).

Já leram a poesia de Guerra Junqueiro? com António Salvado

A Real Associação da Beira Interior, com o apoio da Câmara de Castelo Branco, apresenta na próxima sexta-feira, 6 de agosto, a partir das 18 horas, na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, a palestra *Já leram a poesia de Guerra Junqueiro?*, que tem como orador António Salvado.

Poeta hoje pouco lembrado,

Guerra Junqueiro (1850-1923) gozou, no entanto, durante a sua vida de criador literário um extraordinário renome, a tal ponto que a sua morte teve ressonância nacional, sendo o seu corpo depositado no Mosteiro dos Jerónimos.

Poeta de obra multifacetada, Guerra Junqueiro ora capta a circunstancialidade dos momen-

tos, do imediato, e, até, da ação política, ora se espraia na revelação de sentimentos do seu mundo interior, no comprazimento de um enternecedor lirismo, com achegas ao universo do eterno e do divino. Aliás, em livros de que *A Morte de D. João* é exemplo, ele conjuga segmentos tão diversos como o teor panfletário ou confidencial, satírico

e até religioso. *A Velhice do Padre Eterno*, *A Pátria*, *Os Simples* são alguns dos títulos mais conhecidos da sua vastíssima obra.

Guerra Junqueiro era formado em Direito, foi alto funcionário público, deputado e, após a Revolução de 5 de Outubro (que apoiou), entre 1911 e 1914 desempenhou o cargo de ministro, na Suíça.

Passando à posteridade com a fama de poeta revolucionário e anticlerical (em larga medida incorreta), Guerra Junqueiro legou, no entanto, alguns dos mais enternecedores e intimistas poemas da língua portuguesa, corporizados em livros como *Os Simples*, *Oração à Luz*, *A Musa em Férias*, *Poesias Dispersas*, entre outros.

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2021

Bloco de Esquerda quer reforço da representação nos órgãos autárquicos

O BE aposta no reforço da representação nos órgãos autárquicos, na sua perspetiva de o poder local ser um dos pilares da democracia

António Tavares

O Bloco de Esquerda (BE) apresentou os candidatos à Assembleia Municipal, à Câmara e à Assembleia de Freguesia de Castelo Branco às eleições Autárquicas de 26 de setembro, na passada sexta-feira, 30 de julho, na Praça Luís de Camões, na Zona Histórica da cidade, contando com a presença dos deputados José Manuel Pureza e Fábíola Cardoso.

Um momento político no qual o candidato à Assembleia de Freguesia, Sílvio Lopes, destacou a importância de “priorizar o contacto com os fregueses”, defendendo “uma Freguesia de portas abertas para resolução de problemas”, que “deve ouvir ideias e sugestões da população”.

De igual modo preconiza “uma Junta norteada pela transparência, com a descentralização das reuniões que devem ser



Os candidatos do BE apresentaram-se na Praça Luís de Camões

transmitidas *on-line*”, bem como “um orçamento participativo, que deve ser promovido e concretizado com rigor”.

A isto acrescenta que deve ser “uma Junta que promova a sustentabilidade” e entre outros objetivos abordou “a reativação da Feira Medieval, no Castelo”.

Por seu lado, o candidato à Assembleia Municipal, José Ribeiro, começou por destacar que “o poder local é um dos pilares da democracia instituída no 25 de Abril”, para chamar a atenção para “o papel importante da Assembleia Municipal”, porque, assegurou, “o poder local democrático é a única forma de contribuímos para o desenvolvimento da Região”.

José Ribeiro recordou de

seguida a ação desenvolvida como deputado municipal, sendo esse o ponto de partida para alertar para a importância de “uma fiscalização do poder executivo”.

Pelo meio, frisou que “apelamos ao reforço da representação nos órgãos autárquicos”.

O candidato explicou ainda que a escolha da Praça de Camões para a apresentação da candidatura aconteceu, de modo a alertar para “a requalificação urgente e obrigatória da zona do Castelo”, não perdendo a oportunidade de se referir à situação difícil em que se encontra o Centro Artístico Alcastrense (CAA).

Já a candidata à Câmara, Margarida Paredes, destacou

que, “devido à pandemia, estamos a viver uma crise social”, para defender “o aumento dos apoios aos mais carenciados”.

E já com a atenção centrada nos dados preliminares dos Censos 2021 avançou que “o Concelho de Castelo Branco perdeu 3.837 pessoas em 10 anos” e denunciou que “não há fixação de jovens no município enquanto houver empregos precários e empregos mal remunerados”. Por isso, defende, por exemplo, que “o Centro de Empresas Inovadoras (CEI), para ser eficaz, precisa de ser acompanhado de um grande pacote de apoios, para atrair jovens”.

Mas enunciou outros pontos, como a habitação, área em que falou na necessidade de

“habitações renovadas no Concelho e na recuperação de casas em ruínas no Castelo, para alugar com rendas acessíveis”. Medidas que juntamente com “uma rede de transportes públicos, uma rede de ciclovias expandida e *Internet* nas aldeias, pode fazer a diferença”.

No centro das preocupações esteve também o clima e o ambiente, com a elaboração de “um plano de respostas às alterações climáticas; a requalificação do território e da floresta; proteger os recursos hídricos dos rios Tejo, Ponsul e Ocreza; o não ao desvio de água da Barragem da Marateca para o regadio”, sem esquecer “o fecho da Central Nuclear de Almaraz”.

Perante estas posições, José Manuel Pureza não hesitou em afirmar que “os três candidatos são gente de luta, de arrojo, de propósito que tem um trabalho feito”, referindo-se, em concreto “as trabalho feito pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal, ao apontar vícios que um poder arrogante vai tendo, mas também apontando propostas alternativas”.

Por isso, avançou que “não se parte do zero. É um caminho a continuar, no trabalho que foi feito” e defendeu que “precisamos de maior representação na Assembleia Municipal na Assembleia de Freguesia e na

vereação da Câmara”.

De qualquer modo considera que “não podemos ignorar as outras candidaturas no Concelho”, avançando que “há uma diferença importante no Bloco de Esquerda, que vem para unir a esquerda, não para jogar entre divisões de grupos desavindos. É uma candidatura qualificada que enaltece a democracia, porque enaltece o essencial”.

E para exemplificar o que é essencial, José Manuel Pureza recordou que na tarde da passada sexta-feira, 30 de julho, se deslocou a Malpica do Tejo e “foi impressionante a mobilização popular junto ao portão que passou a proibir o acesso do povo àquilo que sempre foi do povo, um caminho de acesso ao Rio Tejo”. Tudo para defender que “o que sempre foi do povo pertence ao povo. Malpica é o essencial do que é esta campanha”.

Os dados preliminares dos Censos 2021 também estiveram em foco, com o deputado a realçar que “vêm confirmar aquilo que sabemos, o decréscimo da população do País é o decréscimo da população do Interior”.

José Manuel Pureza, entre outros temas, sublinhou ainda que “esta apresentação no centro histórico da cidade” aconteceu, porque “este é o mais importante património comum desta cidade”.

Os Filhos do Mal sobem ao palco do Cine-Teatro Avenida

Os Filhos do Mal, de Hotel Europa, é a peça de teatro documental que é levada à cena esta quinta-feira, 5 de agosto, a partir das 20h30, no Cine-Teatro Avenida, em Castelo Branco, no âmbito do *Festival Y#17 - Festival de Artes Performativas* organizado pela Quarta Parede.

Os Filhos do Mal é o segundo espetáculo de um ciclo sobre a pós-memória de Portugal, o primeiro foi *Os Filhos do Colonialismo*, de 2019. No percurso de criação destes espetáculos a estrutura artística Hotel Europa desenvolve um trabalho de teatro documental a partir de depoimentos de histórias de vidas para pesquisar o passado de pessoas e famílias, e com isto,

aprofundar um pouco mais a história relacionada com o fascismo, comunismo, colonialismo e migrações.

Na sinopse é adiantado que “os *Filhos do Mal* investiga a relação que as gerações que cresceram depois do 25 de Abril de 1974 têm com o Estado Novo e que memórias é que lhes foram transmitidas desse mesmo passado. O espetáculo reflete em particular sobre os *filhos* de opositores do regime em confronto com outros cujos *pais* eram apoiantes da ditadura portuguesa. Em cena, os *atores* são pessoas reais, encontradas através do processo de recolha de testemunhos, representando ali as suas próprias histórias”.

NOTÍCIAS DO RETAXO

Associação de Caça e Pesca elege órgãos

A Associação de Caça e Pesca do Retaxo realizou, dia 26 de junho, uma assembleia-geral, que contou com a presença de 16 sócios, tendo sido aprovadas algumas alterações aos estatutos e eleitos os novos corpos sociais para o biênio

2021/2023.

No respeitante às alterações verificadas nos estatutos registouse a extensão da admissão de sócios caçadores e pescadores a toda a União de Freguesias Cebolais de Cima, passando ainda a existir a categoria de

sócio não praticante, não sendo permitido a esta categoria exercer o exercício de caça e pesca na Associação.

A Assembleia Geral é presidida por João Pires, que tem Januário Marques e Carlos Martins como secretários.

O presidente da Direção é António Salavessa, sendo que o tesoureiro é Francisco Afonso e o secretário Sérgio Marques.

Jorge Dias é o presidente do Conselho Fiscal, com Agostinho Belo e Manuel Dias como secretários.

ACS Rancho Folclórico promove cursos

A Associação Cultural e Social Rancho Folclórico de Retaxo continua a realizar cursos que vão ao encontro das necessidades dos residentes, e de inscritos de outras localidades. Assim, em

parceria com a Sicó Formação, entidade formadora, com a qual mantém uma parceria há muitos anos, está a decorrer o segundo curso de Como Operar e Conduzir o Trator em Se-

gurança, com um terceiro grupo já constituído e a aguardar datas.

Estão também abertas as inscrições para Aplicadores de Produtos Fitofarmacêuticos.

Todas as informações são prestadas através do endereço eletrónico acsrfretaxo@gmail.com, ou por mensagem na página social da coletividade José Luís Pires

CANDIDATURA DO PARTIDO SOCIALISTA À JUNTA DE FREGUESIA

José Dias Pires apresenta projetos para desenvolver “em equipa”

O candidato socialista assume as suas raízes Albicastrenses e quer ser os olhos, os ouvidos, o coração e as mãos de todos os que aqui vivem

António Tavares



José Dias Pires apresentou as linhas gerais do seu programa de candidatura

O candidato do Partido Socialista (PS) à Junta de Freguesia de Castelo Branco nas eleições Autárquicas de 26 de setembro, José Dias Pires, apresentou na passada quinta-feira, 29 de julho, na alcaçova do Castelo Branco, a lista que o acompanha, bem como os principais pontos do seu programa.

José Dias Pires começou por realçar que “aceitei o desafiante convite que me foi feito”, por “querer-me comprometer com as minhas raízes” e por “sentir que tenho a obrigação de contribuir para o desenvolvimento da comunidade onde sempre trabalhei e na qual, ao longo dos últimos 50 anos, assumi responsabilidades profissionais, associativas, e culturais, das quais muito me orgulho”.

O candidato defende que “o nosso desígnio é estar próximo, ser os olhos, os ouvidos, o coração e as mãos daqueles que aqui vivem, mas sempre em conjugação estratégica com o executivo municipal”, sublinhando que “nem podia ser de outra maneira”.

Para desenvolver o seu programa José Dias Pires destaca a importância do trabalho em equipa, uma vez que, por exemplo, “só em equipa será possível integrar o bom trabalho do executivo anterior, nomeadamente,

A Freguesia Vai Por Si, A Teleassistência a Idoso, o Concurso Internacional de Poesia António Salvado Cidade de Castelo Branco, o Orçamento Participativo e a continuidade do apoio às atividades associativas, à cultura e ao desporto”.

É “só em equipa” que avança com vários pontos do programa, como “o projeto em conjunto com a Câmara para a recuperação e dignificação do Bairro do Castelo”, tudo, para que “mobilizar os residentes nesse bairro para que participem no processo de recuperação da área urbana que deve ser a principal referência histórica na nossa cidade, e na potenciação de um espaço condigno para receber os que nele queiram viver ou trabalhar e para que não aconteça o que levou o Centro Artístico Albicastrense à periclitante situação atual”.

A isto junta “a recuperação e dignificação do Parque de Campismo, assim como recuperar e recolocar o espólio do sempre adiado Museu Académico”.

Aponta também para “a prática do Voluntariado Comunitário no projeto integrado *dar é Receber*, não esquecendo “a promoção e divulgação do pequeno

comércio local, com o projeto *Bons Vizinhos*”, ou as “atividades de *Educação na Cidadania*, através da promoção da Escola de Pais, a Escola de Cuidadores e a Escola de Proteção Civil”, que deu a conhecer.

Uma lista de propostas que passa também pelo “apoio aos casais jovens através do projeto *Tomar Conta*, ao que acrescenta a promoção do *Pedalar Sem idade*, avançando de seguida para “as Semanas dos Bairros, para dar a conhecer à comunidade Albicastrense, através de mostra semestrais, as atividades associativas e comunitárias desenvolvidas nas diferentes áreas urbanas da cidade, incluindo nestas mostras os encontros *Tradições e Inovações* e o projeto *Castelo Branco a Dançar*”.

Com os olhos na educação aponta para o Centro de Alfabetização Digital, abordando de seguida a promoção dos Jogos da Freguesia, a realização de uma Feira do Livro Infantil/Juvenil integrada no Festival Literário Fronteira, ou, ainda, “promover o espaço de provedoria *on-line A Voz do Freguês*”.

Claro está que o programa inclui também “continuar a cuidar das aldeias anexas de

Lentiscas e Taberna Seca, para mais à frente falar na criação da Banca das Aldeias Anexas no Mercado Municipal”.

Com a atenção centrada na população pretende concretizar o Fórum Portas Abertas para o Futuro, para “ouvir, integrar, dar visibilidade e fortalecer propostas ou sugestões comunitárias para a Freguesia de Castelo Branco”, ou a Convenção Bem Ambientar, “uma convenção bienal dos jovens para a defesa do ambiente”.

José Dias Pires apresentou igualmente a COMEÇARTE – Escola das Primeiras Artes – Espaços de Aprender, Brincar e Jogar.

Por outro lado quer “apoiar a recuperação do Castelo Branco Bastard Rock – Festival d Bandas de Garagem” e em termos gastronómicos pretende criar *O Nosso Prato na Vossa Mesa*, para apresentação de pratos tipicamente Albicastrenses.

Entre muitas outras propostas está a realização das Caminhadas do Triângulo, anualmente, para evidenciar o triângulo arqueológico de Castelo Branco, formado pelo Castelo, Monte de São Martinho e Senhora de Mércules, e a Caminhada Dramatizada das Fontes, também anual,

para valorizar as fontes Albicastrenses”.

José Dias Pires chama ainda a atenção para a importância “de uma vez por todas” proceder “a uma efetiva inclusão comunitária das pessoas com deficiência ou incapacidade, em busca da igualdade de oportunidades, em casa, no emprego, na cultura e no lazer”.

Na apresentação do candidato, o presidente da Concelhia do PS, Arnaldo Brás, adiantou que nesse dia ficou decidido que o candidato socialista à Assembleia Municipal de Castelo Branco é Jorge Neves, para falar também nas listas à Câmara e às 19 freguesias do Concelho, confessando que “a sua constituição não foi fácil, dadas as circunstâncias políticas que vivemos”, mas garante que “temos as melhores listas”.

No que respeita a José Dias Pires afirma que “é um Albicastrense, homem de cultura, que sabe o que quer para a cidade” e, pelo meio, refere-se também ao mandatário da candidatura do PS, Joaquim Morão, “o homem que revolucionou Castelo Branco”.

Joaquim Morão que faz questão de frisar que “o PS é o maior partido do Concelho, do Distrito de Castelo Branco e que, por isso, tinha que se apresentar em força a todos os órgãos. Teve problemas, mas ultrapassamos”. E com base nisso afirma que

“José Pires e Leopoldo Rodrigues, são esses que o PS escolheu e são esses os candidatos do PS em Castelo Branco”.

Já o candidato do PS à Câmara de Castelo Branco, Leopoldo Rodrigues, realça que José Dias Pires “trouxe um programa de ação completo, a pensar nas pessoas e na sua qualidade de vida. Um programa que temos a certeza que virá mudar o Concelho de Castelo Branco, em especial a Freguesia de Castelo Branco”.

Leopoldo Rodrigues deu também ênfase ao facto do PS “ter a preocupação de incluir nas suas listas um número significativo de jovens”, recordando, depois, alguns dos principais pontos do programa da sua candidatura como, por exemplo, “a devolução de parte do IRS, reduzir a fatura da água, requalificar a Zona Histórica, criar a Cidade da Ciência e das Artes no Vale da Europa”, não deixando de fazer uma referência ao emprego e à importância de atrair empresas.

O candidato à Câmara não esqueceu também “notícias que não são as mais agradáveis”, referindo-se aos dados preliminares do Censos 2021, para frisar que “não nos compete atribuir culpas ou apontar o dedo”, mas considerando que “o País e Castelo Branco viverão um problema gravíssimo se não invertermos esta situação”.

Socialistas querem mais quatro mil residentes até 2030

A candidatura do Partido Socialista (PS) à Câmara de Castelo Branco nas eleições Autárquicas de 26 de setembro, encabeçada por Leopoldo Rodrigues, afirma, em comunicado, que os dados provisórios dos Censos 2021 “vêm confirmar a justeza das posições assumidas pela nossa candidatura e a absoluta necessidade das medidas que preconizamos”, ao referir que

“nos últimos 10 anos, Castelo Branco perdeu 3.837 habitantes, tomando-se a segunda capital de distrito que mais habitantes perdeu neste período de tempo, com uma taxa de despovoamento de 6,8 por cento. O nosso concelho tem agora 52.272 habitantes, contra os 56.109 em 2011”.

Dados que são considerados “inquietantes e preocupantes para o nosso futuro coletivo, sub-

linhando cada vez mais, como se fosse preciso, a justeza das nossas afirmações sobre a necessidade de desenvolver uma política municipal sólida e consistente que permita a fixação dos nossos jovens na sua terra. A este ritmo, o nosso concelho ficará pouco acima dos 30 mil habitantes dentro de 50 anos”, pelo que “é preciso trabalhar já para evitar esse definhamento popu-

lacional a que Castelo Branco está a ser sujeito”.

Nesta matéria a candidatura afirma que assume, “com clareza, e com ambição, aquilo que é um verdadeiro desígnio estratégico: conseguir que até 2030 o Concelho de Castelo Branco consiga ter mais quatro mil habitantes que hoje”, recordando algumas das propostas já apresentadas pela candidatura.



JOÃO EMANUEL SILVA

SOLICITADOR

🏠 RUA DE SANTO ESTÊVÃO, 2 | 6090-557 PENAMACOR

📍 TRAVESSA DA FERRADURA, 14 1ª FRT. | 6000-293 CASTELO BRANCO

☎ 965 272 106 ☎ 272 032 519 ✉ 4938@SOLICITADOR.NET

ACUPUNTURA

ROBERTO LEMOS

Mestre

pela Universidade de Barcelona

Cédula Profissional Permanente ACSS

SOCUIDA, Lda:

Marcação de consultas: 272 344 887 ou 964 521 352

de 2ª a 6ª a partir das 14h30

Rua Sr.ª da Piedade Lt 3-A 1º sala 5 - Castelo Branco

A PARTIR DESTE MÊS

António Salvado enriquece obra com edição de novos livros

Dos vários livros que serão editados, o destaque vai para a antologia que abrange toda a obra editada até hoje, organizada por Paulo Samuel

António Tavares

O poeta Albicastrense António Salvado, no decorrer deste mês e do próximo, vai enriquecer ainda mais o conjunto da sua obra, com a publicação de novos livros.

Assim, *Se canto são as palavras* é o título uma antologia do poemário de António Salvado, em horizonte temporal que vai



António Salvado, poeta do Mundo

da publicação do seu primeiro livro, *A flor da noite*, até aos livros há pouco editados.

Trata-se de uma antologia meticulosamente organizada por Paulo Samuel, que fez a seleção dos poemas de algumas dezenas de livros, que procedeu à revisão do texto, que prefaciou o volume e que organizou uma exaustiva e completíssima tábua bibliográfica relativa a toda a produção literária de António Salvado.

Destaque-se que a edição da antologia será enriquecida com um retrato de António Salvado, da autoria do pintor Emerenciano.

Igualmente editado será a obra *O suave jugo*. A expressão é retirada do Evangelho de S. João e o livro colige a maioria dos poemas de António Salvado de recorte religioso, muitos dos quais lidos nos *Encuentros dos poetas y Dios*, ocorridos

durante ano em Toral de Los Gusmanes, em León, Espanha, e ainda outros poemas de temática variada, como a Virgem, o Natal, os Santos, entre outros.

A edição ficará a dever-se a um admirador de António Salvado, que, solicitando a este colaboração, conseguiu reunir, pela primeira vez, um apreciável conjunto de poemas religiosos da autoria do poeta Albicastrense.

Leituras várias com aragem de cidade é o título do álbum com poemas de António Salvado e desenhos de Carlos Matos, em texto ilustrado em que o conteúdo incide em desconhecidos aspetos do burgo Albicastrense, nos seus recantos, nas suas vivências.

Seguir-se-á a edição de *A poesia de amor nos versos de António Salvado*, que é uma antologia temática de arco

temporal muito alargado, que vai do primeiro livro aos mais recentes.

Há ainda a juntar *Malva*, edição portuguesa de um pequeno livro editado há anos, em Espanha, e também ali esgotado, tradução para castelhano do poeta Português António Salvado e introdução do professor Alfredo Pérez Alencart. Texto corporizado em prosa poética, *Malva* evoca inescrutáveis momentos da infância do poeta, na sua casa, na Rua D'Ega, em Castelo Branco.

Para edição está também a obra *Palavras magoadas de D. Quixote para Dulcineia*, um livro que reúne um conjunto de poemas inéditos de amor.

Por outro lado está a ser preparada a segunda edição, aumentada, de *Sirgo II (quatro livros esgotados de poemas em prosa e poemas dispersos por outros livros esgotados)*.

CAPÍTULO 1 - O passado



JOSÉ DIAS PIRES

Inadvertidamente, a vida transformou-me num cronista de ignorâncias. Ignorâncias repartidas entre boas vontades, melhores intenções e movimentos sombrios dos que apenas veem nos outros instrumentos descartáveis dos seus intentos.

Os meus ouvidos estão muito cansados de ouvir as repetidas histórias dos antigos sobre as aventuras e desventuras dos seus antepassados e os meus olhos ainda mais extenuados em procurar vislumbrar as variadas hipóteses sobre o destino dos vindouros.

Regresso ao ponto de partida, comprometido a introduzir o mínimo de especulações e a acrescentar, literariamente, apenas o indispensável para que haja alguma coerência no que procurarei relatar de forma fidedigna.

Há muitos, muitos anos um enorme grupo de hominídeos mais ou menos inteligentes e adoradores do sol, conhecidos, vá lá saber-se porquê, pelos aquistais, decidi percorrer os vastos territórios verdejantes e húmidos da Eurásia seguindo a trajetória do sol para descortinar o local exato onde se escondia, pois de onde se levantava já todos lhe conheciam o sítio.

Foi assim que, depois de atravessarem os montes Piréus, chegaram ao território quase desértico e muito seco da Euráfrica. Na verdade, apenas pararam junto ao imenso mar oceano porque a grande maioria ou não sabia nadar ou tinha da higiene uma particular definição que não considerava o banho.

De facto, à fronteira do mar apenas chegou metade do grupo, já que a outra metade se tinha ficado no quarto quinto do território da

Euráfrica.

E houve uma razão.

Depois de tantos anos em busca do poiso do sol o grupo tinha-se dividido em dois partidos.

Houve até quem lhes chamasse crenças ou religiões, mas valha a verdade que aquilo que os dividia eram principalmente os interesses.

E porque se dividiu o grupo?

Diz a tradição oral antiga que os aquistais chegados à Euráfrica eram compostos por duas comunidades distintas. A que designamos por primeira, por ser a de maior número, chefiada por um tal Litorino, era composta na sua maioria por gente de pele muito clara mas muito resistente ao sol e que facilmente se deixava tisonar nos tempos de Verão sendo, por isso, muito apetente à luz das grandes planícies. A segunda, chefiada por um tal de Interino era composta por gente de pele tisonada, poucada às grandes tardes luminosas e abrasadoras, e muito desejosa do tranquilo recato das apetitosas sombras.

Tais diferenças não seriam, mesmo assim, razão principal das diferenças não fora a questão dos locais do sol: de onde se levanta e de onde se esconde, bem entendido.

Litorino e Interino não escondiam de ninguém as suas diferenças. O primeiro desejava, mais que nada, descobrir o poiso do sol. O segundo manifestava-se cada vez mais satisfeito com a certeza do seu berço.

Pois bem, chegados ao quarto quinto da Euráfrica decidiram fazer um concílio. Tal reunião plenária ficou para todo o sempre conhecida como o Concílio do Berço, pois foi aí que todos os novos princípios ficaram decididos.

Irredutíveis, os dois chefes, não conseguiram entender-se para continuar a viagem em conjunto. Porque havia duas comunidades e nem todos se tinham manifestado objetivamente por qual partido se dividiam, decidiram fazer duas manifestações: elas determinariam quem ficava e quem continuava.

«Quem do sol deseja saber o seu poiso que volte a sua frente para onde eu virar a minha, pois creio saber como conduzi-los ao seu esconderijo!», disse Litorino.

«Quem do sol já sabe e reconhece o seu berço não volte a sua frente ao desconhecido. Mostremos-lhe como eu, não a frente mas antes o seu oposto», retorquiu Interino.

E foi então que a imensa mole humana dos aquistais se dividiu definitivamente.

De frente para o mar oceano, que só imaginavam, ficaram todos o que seguiriam viagem.

De oposto ao desconhecido mar ficaram os que decidiram fazer da permanência o seu novo território.

Os que partiram fundaram, com base na sua postura, o território Frente de Mar Litoral, mais tarde também designado geograficamente por Litoral, como homenagem ao seu histórico chefe.

Os que ficaram fundaram, também com base na sua postura, o território da Costa Serrana Interior e que, por idênticas razões históricas, viria geograficamente a designar-se por Interior.

Desde então o Litoral e o Interior nunca mais se entenderam. Foram-se imitando, é verdade, à medida das conveniências, na organização política, nos tipos sociais, no aparente desinteresse pelo supérfluo e, sempre que puderam, não deixaram de tentar interferir na vida do seu oposto, por via de migrações convenientemente aceites entre ambos, de invejas pessoais ou interesses económicos de acordo com as estações do ano (os do Litoral sempre adoraram o frio e as neves do Interior e os do Interior nunca perderam oportunidade de tentar dar iodo às suas vidas com visitas sazonais ao Litoral).

E foi assim que tão unidamente divididos chegaram aos Vigésimos Tempos, que os levou a tentar uma confederação política: a Confederação de Talvez.

Destas e outras tentativas, assim como dos documentos que as explicam, a maior parte avulsos, tentaremos, talvez, fazer notícia sobre o que pensa terem sido as origens e os desenvolvimentos da Confederação de Talvez que nos trouxe até à realidade atual da Asnocracia: a espúria comuna dos homens.

DADOS PRELIMINARES DO CENSOS 2021 REVELAM

Distrito perde 18.352 residentes entre 2011 e 2021

Em todos os concelhos do Distrito baixou a população residente com Castelo Branco a registar uma das quebras mais baixas

António Tavares

O Distrito de Castelo Branco, entre 2011 e 2021, perdeu qualquer coisa como 18.352 residentes, segundo revelam os dados preliminares dos Censos 2021, tornados públicos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O Concelho da Covilhã, em termos numéricos é aquele que perde mais residentes. Qualquer coisa como 5.344, ao baixar de



51.797 para 46.453, o que representa um decréscimo de 10,3 por

cento. Já em termos percentuais,

o Concelho de Penamacor é o que regista a maior descida, de

16,2 por cento. Baixa de 5.682 residentes, para 4.764, ou seja, menos 918.

Quanto ao Concelho de Castelo Branco, com a sua capital do Distrito, perde 3.837 residentes, descendo de 56.109 para 52.272. Uma quebra de 6,8 por cento, que é uma das baixas entre os 11 concelhos do Distrito.

No que respeita a descidas percentuais, a mais baixa pertence ao Concelho de Vila de Rei, com menos 5,1 pontos percentuais. Este concelho da Zona do Pinhal, no que se refere a residentes desce de 3.452 para 3.276, ou seja, menos 176.

O Concelho do Fundão, que tem a terceira cidade do Distrito, perde 2.692 residentes, baixando de 29.213 para 26.521, uma descida de 9,2 pontos percentuais.

No Concelho de Belmonte a descida é de 9,5 por cento, resultado da descida de 6.859

habitantes para 6.204, o que representa menos 655.

1.376 foram os habitantes perdidos pelo Concelho de Idanha-a-Nova, ao baixar de 9.716 para 8.340. Percentualmente a queda é de 14,2 por cento.

No Concelho de Oleiros, a queda de 5.721 residentes para 4.900, ou seja, menos 821, implica uma descida de 14,4 por cento.

O Concelho de Proença-a-Nova cai de 8.314 residentes para 7.147, ou seja, menos 1.167. Uma descida de 14 por cento.

No Concelho da Sertã a descida percentual é de 7,1 por cento, o que resulta de ter perdido 1.132 residentes, ao baixar de 15.880 para 14.748.

O Concelho de Vila Velha de Ródão, ao descer de 3.521 para 3.287 residentes, perde 234, o que representa uma descida de 6,6 por cento.

Geoconservation Research publica trabalhos sobre o património paleontológico do Geopark Naturtejo

A revista *Geoconservation Research* publicou quatro artigos do património paleontológico dos geoparques mundiais da UNESCO na Europa, sendo esta a oportunidade de fazer uma revisão do registo fóssil conhecido no território do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO, que inclui os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão. A revisão permitiu expandir em muito o número de espécies fósseis identificadas, assim como rever classificações taxonómicas com largas décadas de existência, uma vez que os primeiros trabalhos paleontológicos na região foram publicados há 137 anos, com o estudo pioneiro do paleontólogo Português Joaquim Nery Delgado.

Carlos Neto de Carvalho coordenou uma equipa internacional na revisão das marcas de atividade paleobiológica preservadas nas rochas quartzíticas do Parque Icnológico de Penha Garcia. Este é um dos geomonumentos de referência do Geopark Naturtejo e o seu valor internacional permitiu a integração de todo o território na Rede Global de Geoparques, hoje incluída no Programa Internacional de



Geociências e Geoparques da UNESCO. A importância destes icnofósseis, de que se destaca as formas de Cruziana, reflete-se na melhor compreensão de um dos principais períodos da evolução da vida na Terra, quando se deu a diversificação de estratégias de ocupação dos habitats oceânicos. De salientar que, muito recentemente, o Parque Icnológico de Penha Garcia foi um dos sítios paleontológicos entre 45 do registo fóssil mundial integrados no estudo coordenado pelo investigador Andrea Baucon, da Universidade de Génova, sobre os processos de

evolução biológica nos fundos marinhos, que foi a capa de junho da revista *Geology*, da Sociedade Geológica Americana, e que contou com o apoio da Câmara de Idanha-a-Nova.

O coordenador científico do Geopark Naturtejo, com 23 anos de experiência como paleontólogo, coordenou ainda um segundo artigo publicado na *Geoconservation Research*, sobre uma extraordinária forma de comportamento animal conhecida como *Daedalus* e que pode ser encontrada em formações geológicas contemporâneas de Penha Garcia, datadas de há

mais de 470 milhões de anos, mas que é particularmente abundante na Serra do Muradal, em Oleiros, e também no Geoparque de Villuercas-Ibores-Jara, na província de Cáceres, Espanha. Neste trabalho participaram paleontólogos da Universidade da Extremadura, da Diputación de Cáceres e os coordenadores deste Geoparque UNESCO.

De relembrar que as intrincadas formas de *Daedalus* de Oleiros viram-se incluídas num documentário com o título em português, *A Importância de ser Duro*, sobre a relevância evolutiva da aquisição de esqueleto mineralizado que determinou a existência humana enquanto seres biológicos.

As formações de origem sedimentar do período Ordovícico, com idades compreendidas entre os 467 e os 445 milhões de anos, são extremamente fossilíferas no Geopark Naturtejo. No entanto, a maior parte dos sítios paleontológicos não era revista desde a década de 70. Assim, a equipa da paleontóloga Sofia Pereira, especialista em trilobites, fez uma revisão das faunas fósseis de jazidas clássicas e de novos sítios paleontológicos encontradas por ela e por Carlos

Neto de Carvalho, tendo revisto e ampliado significativamente o número de espécies conhecidas para esta região, com destaque para Vale Feitoso, entre Penha Garcia e Termas de Monfortinho, Serra do Muradal entre Orvalho e Vilar Barroco, e Vale do Cobrão a Barroca da Senhora, em Vila Velha de Ródão. Apenas em Monforte da Beira não foi reconhecido um sítio descoberto nos finais do Século XIX 19, mas os exemplares preservados na Litoteca do Laboratório Nacional de Energia e Geologia foram alvo de revisão taxonómica.

Apesar do estudo paleontológico exaustivo de algumas formações geológicas do Geopark Naturtejo agora publicado em quatro artigos, existem algumas formações que ainda não tiveram a oportunidade de serem estudadas, designadamente o Rio Erges com alguns dos fósseis mais antigos conhecidos na Península Ibérica, com mais de 565 milhões de anos, em trabalho que envolve determinações geocronológicas que está a ser desenvolvido pelo laboratório GeoBioTech da Universidade Nova de Lisboa. Outro dos estudos corresponde ao único sítio conhecido do denominado período Silú-

rico, cerca de 435 milhões de anos, no território do Geopark Naturtejo, encontrado em 2008 perto de Perdígão, em Vila Velha de Ródão, e nunca estudado, agora alvo de uma equipa da Universidade de Coimbra. Por fim, os depósitos continentais conhecidos como Grupo da Beira Baixa, onde no início da década de 90 foram encontrados troncos de árvores fossilizados com menos de 15 milhões de anos, três destes salvos e integrando as instalações da Casa de Artes e Cultura do Tejo e do Museu Arqueológico de Vila Velha de Ródão, que já mostraram ser do interesse do Centro Português de Geo-História e Pré-História.

Para este volume especial da revista *Geoconservation Research* foi ainda submetido e aceite para publicação um trabalho do arqueólogo Luís Raposo e do paleontólogo Silvério Figueiredo que faz a revisão do importante sítio da Foz do Enxarrique, descoberto há mais de 40 anos, em muitos aspetos relevante para o conhecimento das faunas durante o último período glacial, recentemente datado de há mais de 40 mil anos.

PROENÇA-A-NOVA

Concelho apresentado em livro sobre arqueologia e património construído

A publicação resulta de uma parceria entre a Câmara de Proença e a Associação de Estudos do Alto Tejo



Francisco Henriques é o coordenador da obra agora apresentada

Proença-a-Nova: *Arqueologia e Património Construído*, com coordenação de Francisco Henriques, é a mais recente publicação sobre o Concelho, promovida pela Câmara de Proença-a-Nova e pela Associação de Estudos do Alto Tejo, com o apoio à edição por parte da Direção Regional de Cultura do Centro. O conteúdo desta obra, que apresenta a evolução do povoamento no território municipal deste a pré-história antiga até à época portuguesa, bem como a identificação dos sítios, entre outros temas, foi considerado como uma impor-

tante ferramenta de trabalho no âmbito do ordenamento do território.

Na apresentação pública, realizada dia 24 de julho, o presidente da, João Lobo, destacou a importância de promover o conhecimento sobre aqueles que, “muito antes de nós, ocuparam estes territórios. Hoje somos herdeiros dessas comunidades”.

João Lobo aponta também o valor diferenciador de todo o trabalho que tem sido desenvol-

vido ao longo de décadas e que agora está vertido nesta obra que está sempre por completar, fruto dos estudos que vão continuar a ser desenvolvidos, referindo que “estamos a gerar economia ao valorizarmos o nosso património construído e arqueológico, estamos a transformar em riqueza aquilo que temos. É um imperativo de cidadania olharmos hoje para o território de forma transversal e desenvolvê-lo dessa forma porque não podemos deixar

para trás parte desse território”.

O coordenador do livro é o arqueólogo Francisco Henriques que começou a percorrer o Concelho há mais de 50 anos, não apenas fruto do interesse profissional, mas também por laços familiares. “Para que serve este livro?”, questionou durante a sua intervenção. “Primeiro pode tornar-se num instrumento de consulta, de planeamento territorial e de definição de estratégias relativas ao património construído do

Concelho. Depois é um convite aos arqueólogos e às gerações vindouras para continuarem este trabalho. Foi o unir e transmitir o conhecimento adquirido por um conjunto de pessoas conhecedoras do território e que têm dedicados vários anos das suas vidas a esta região pelos trabalhos já realizados”.

A pintura rupestre que faz capa do livro foi descoberta por Francisco Henriques, antecipando a cronologia da ocupação do território para o paleolítico com os últimos caçadores recolectores que aqui habitaram. “É quase comovente como é que chegou até nós uma obra que está tão vulnerável e que é tão delicada. Para mim é muito importante ter-se conseguido encontrá-la e agora será o desafio de preservá-la”, referiu Helena Moura, arqueóloga da Direção Regional de Cultura do Centro, que tem acompanhado os trabalhos no Campo Arqueológico de Proença-a-Nova, destacando, entre outro, o conhecimento do mundo megalítico que tem

sido possível obter com o estudo das diferentes antas e mamoas e que terá “repercussões a outros níveis e noutros territórios”.

Jorge Gouveia, presidente da Associação de Estudos do Alto Tejo, apontou a riqueza dos territórios da Beira Baixa e as câmaras de Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão como “exemplos da importância que dão ao património e do conceito que têm do património enquanto promotor do desenvolvimento”. Na sua intervenção deixou um desafio: “Está na altura de tornarmos esta região uma espécie de incubadora de conhecimento ligada ao património”. Na sua perspectiva, o investimento não tem de ser autárquico, poderá ser comunitário, sendo necessário *escavar* a forma de tornar este desafio uma realidade.

O livro está disponível para requisição na Biblioteca de Proença-a-Nova e nos seus polos e pode ser adquirido na Associação de Estudos do Alto Tejo.

OPINIÃO

“AS ‘PROMESSAS’ EM POLÍTICA”

ERNESTO CANDEIAS MARTINS*

Estamos num período ‘Pré-eleições autárquicas’ e já todos prometem e dizem que vão fazer ou continuar a fazer. Diz a voz popular que de promessas está o mundo e a terra farta, pois na realidade pouco se faz e quando se faz é por interesses e conveniências. A ‘Promessa’ é uma forma específica de ação comunicativa, uma ação intersubjetiva que conta com o outro (cidadão eleitor) e dirige-se a ele desde de uma visão de um ato de efeito de ‘compromisso’ (promissão), impregnado de intuições indiretas (*‘dados segundos’* na perspectiva do filósofo B. Husserl). Quem promete conta com o ‘Outro’ como estando aí (no concelho de Castelo Branco), mas não vivencia nem percebe inteiramente as suas experiências, nem o seu modo de vida, só sabe que se trata do ‘Outro’ que vai votar (eleitor). Posso dizer que as ações comunicativas como ações vinculantes supõem esse tipo de *‘dados segundos’* (análise dos dados constituintes da consciência) de Husserl, os quais se baseiam nas intuições das vivências dos eleitores, o que supõe um significado partilhado de que **‘estamos no mesmo...’** (rumo, direção ou sentido). A compreensão da temporalidade exige uma análise dos dados de consciência e dos seus objetos intencionais. O caráter de temporalidade, de ser passado ou futuro, consiste em alterações das próprias representações formuladas.

Mas será que o político está na mesma direção ou rumo quando profere essas promessas aos eleitores?

Não devemos pensar que são as palavras situacionais, a linguagem, as únicas que mudam o mundo. Linguagem e palavras são meios, tal como hoje usamos as novas tecnologias para comunicar e divulgar o que queremos que o ‘Outro’ saiba. Creio que as ações comunicativas de proximidade ou de contacto cara a cara, são as que têm maior alcance. O ‘ignorar’ o requisito mínimo da inter-relação humana é o ato do político, que ao pronunciar algo que vai fazer ou fará (promessa), quebra o vínculo da ação comunicativa com o eleitor. A especificidade do prometer, na sua estrutura (*‘eidos’*), leva o político a proferir compromissos no *‘agora’* e no *‘eleitor cidadão’* para o futuro, que na opinião de quem promete é de benefício para esse(s) destinatário(s). Pura ilusão para quem aceita este ato de ‘promessa’, pois o que esta produz é uma simples **‘informação’** sobre o que fará ou irá fazer, com

independência da vontade do político, ou seja, puro vaticínio. Prometer supõe oferecer algo no âmbito do sujeito que promete (o político), o qual pensa realizar esse ato, desde a sua pessoa (depende do perfil que transmite e da sua obrigação ético-cívica e social) e pelos seus próprios meios (benefícios). Quem promete afirma um compromisso de envolvimento em ações futuras, pondo nelas a sua vontade, o seu empenho e a sua conduta ética. Quando assumimos o compromisso da promessa esta converte-se em **‘obrigação’**, pois o ato de prometer é um ato de fala que se circunscreve e se enuncia no presente e por alguém (político), numa situação concreta, neste caso no período eleitoral. Ora bem uma coisa é a ação (temporal) de ‘prometer’ e outra, bem diferente, o tempo futuro, pois este exige o cumprimento da dívida assumida relativamente à promessa feita. Mas será que o político cumpre quando se ‘com-promete’ com as pro-messas?

Depreende-se do que dissemos que se promete no presente, mas o tempo do prometido projeta-se no futuro, resultando, muitas vezes, absurdo prometer algo sobre o que já passou ou já ocorreu (o após as eleições). Contudo, a ‘promessa’ relaciona-se com o pôr-se à frente (‘pro-meter’), no compromisso com o futuro e, isso, depende sempre de quem a profere. O filósofo Nietzsche (tão citado nesta pós-modernidade em que vivemos) dizia que a promessa é aquilo que faz os homens previsíveis e calculadores, mas a ação de prometer não deve anular a imprevisibilidade da ação, já que conta com ela própria. Na perspectiva de A. Arendt (obra: *‘Diário Filosófico de 1950-73’*) “(...) a grandiosidade da promessa é que estabelece algo fiável precisamente no material do incalculável e é aí onde todos nós pertencemos”. Ou seja, a promessa revela que a ação humana se movimenta no reino do incalculável e, porque não sabemos as certezas e para onde nos conduz as ações que empreendemos, mesmo sabendo que há contingências (externas) e incapacidades internas (do político), que impedem o compromisso daquilo que promete fazer.

O cidadão que vai votar nestas eleições deve estar atento à atuação de cada candidato e às promessas que proferem em qualquer meio de comunicação. Nenhum candidato que se preze de princípios e de conduta ética orientada ao bem das Pessoas, deve ir para os contextos políticos com a intenção de ‘beneficiar-se’ ou de oferecer ‘vantagens’, em troca de apoio político, já que, ao ser eleito, certamente continua a

promover condicionado pelas tendências (susceptibilidades de interesses), influências e pressões de determinados lóbis da comunidade e lá se vão muitas das promessas proferidas temporalmente no passado. É determinante entender que nem todo o político é igual no seu perfil de ação, pois há qualidades, princípios e convicções que os diferenciam entre si. Existem candidatos interessados em promover uma mudança social, económica e ambiental, em promover projetos e obras, todos eles (julgamos) com boas intenções nas promessas, mas é bom conhecer as propostas de cada candidato, assim como o seu passado e daí que o meu lema básico seja **Prometer Menos e Fazer Mais e Melhor**, unindo as sinergias a bem das Pessoas, das Famílias e de todos os moradores não só da cidade, como do concelho.

É importante – para o aperfeiçoamento da conscientização cívica, para a responsabilização social e ética – distinguir os sistemas e as propostas (promessas) por meio dos quais serão eleitos os candidatos. O eleitor cidadão de Castelo Branco, no pleno exercício dos seus direitos e em democracia, tem um forte papel no destino da sua cidade, do concelho e o único instrumento que possui é o seu voto consciente. Logo, todos aqueles que vivemos nesta cidade/concelho devem exercer o seu direito ao voto – numa decisão madura, refletida e consciente, ou seja, VOTAR. Só assim poderá contribuir para impedir a eleição de políticos que buscam e dominam uma dialética balofa do ‘prometer’ e/ou do ‘Vou fazer’ e depois ‘nunca fazem’ e se fazem, são coisas (obras, projetos, investimentos) que, não têm sustentabilidade, não tem os efeitos desejados no bem-estar das populações (e gerações vindouras). O que proferem são promessas desfasadas de um desenvolvimento sustentável, de um plano de investimentos integrados, sem uma boa gestão dos recursos (hídricos, ambientais, florestais e do setor primário) e dos resíduos. Haverá que acreditar nas Pessoas e Famílias, nas suas qualidades, potencialidades e necessidades (problemas sociais), no seu amor à sua TERRA, aos seus vínculos culturais, patrimoniais e aos valores ético-cívicos. O que peço aos ‘Políticos’ nestas eleições é que não prometam aquilo que depois não fazem ou então não prometam tantas coisas, sejam mais transparentes e tenham uma ética de compromisso com os eleitores do concelho, pois ao comprometerem-se com o futuro deles, comprometem-se com todas as ações que devem realizar ao serem eleitos. Quem promete, compromete-se com a sua identidade e o povo não perdoa, apesar de tolerar.

*Candidato à Assembleia Municipal de Castelo Branco – Movimento CB Merece Mais - Eleições Autárquicas 2021

PARA MELHORES CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

CPCJ de Idanha-a-Nova vai mudar de instalações

A Filarmónica Idanhense cedeu um imóvel à autarquia para aí instalar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

A Filarmónica Idanhense cedeu um imóvel em regime de comodato à Câmara de Idanha-a-Nova, para funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Idanha-a-Nova.

As novas instalações situam-se na Rua do Matadouro e entram em funcionamento após as intervenções necessárias.

O objetivo é melhorar as



A assinatura do contrato de comodato entre a Câmara e a Filarmónica

condições de desenvolvimento da atividade da CPCJ de Idanha-a-Nova, nomeadamente, na garantia à atividade protetiva de crianças e jovens do Concelho e de forma a assegurar a preservação do caráter

reservado dos processos e das atividades desenvolvidas no âmbito processual, bem como ter em conta as condições de privacidade que permitam o atendimento às famílias.

O contrato de comodato foi

assinado dia 26 de julho, entre o presidente da Câmara de Idanha-a-Nova, Armindo Jacinto, e Carla Costa e João Abrantes, na qualidade de presidente e tesoureiro da direção da Filarmónica Idanhense, respetivamente.

Casinha da Música encerra ano letivo



A Casinha da Música, projeto de ensino musical não formal para crianças e jovens do Concelho de Idanha-a-Nova, encerrou, dia 18 de julho, as atividades do ano letivo 2020/2021.

Os 16 alunos subiram ao palco do Centro Cultural Raiano para mostrar as suas aprendizagens na guitarra e na bateria neste projeto coordenado por Joaquim Martins, Eduardo Lopes e Diogo Batista.

As crianças e jovens, com idades compreendidas entre os seis e os 15 anos proporcionaram um mini-concerto que envolveu atuações individuais e em grupo, incluindo a apresentação de duas canções ori-

ginais.

A sessão contou com a presença do vereador da Câmara de Idanha-a-Nova, João Carlos Sousa; do presidente da União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, Vítor

Mascarenhas; e do presidente da Junta de Freguesia de Penha Garcia, Raúl Antunes, que felicitaram a Casinha da Música pelo trabalho realizado no ano inaugural do projeto.

João Carlos Sousa salienta



que a Casa da Música “é um projeto que faz todo o sentido em Idanha-a-Nova, um concelho que é classificado pela UNESCO como Cidade Criativa da Música”. Considera, igualmente, que “apenas com políticas de igualdade de oportunidades e de conhecimento se poderá combater as desigualdades sociais, de aprendizagem, de aquisição de conhecimento e aptidões”.

Recorde-se que a Câmara de Idanha-a-Nova apoia desde o início a Casinha da Música, através da cedência de guitarras e do espaço para as aulas, enquanto a União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes disponibilizou baterias.

António Pinto Basto festeja 50 anos de carreira

A Praça de Toiros de Idanha-a-Nova recebe no próximo domingo, 8 de agosto, a partir das 21 horas, um espetáculo comemorativo dos 50 anos de carreira do fadista António Pinto Basto.

Para assinalar a data, António Pinto Basto apresenta-se neste espetáculo com os também fadistas Teresa Tapadas e Gustavo.

O evento é promovido pela

Ovação & Palmas e cumpre as regras da Direção-Geral de Saúde (DGS), sendo obrigatório o uso de máscara e o distanciamento físico.

Os bilhetes estão à venda no restaurante Esplanada Snack-Bar e na loja Vídeo Foto Quaresma. As reservas e venda antecipada de bilhetes podem ser feitas através do telemóvel 91 4094038.

Idanha-a-Velha e Monsanto em destaque no *El Mundo*

Idanha-a-Velha e Monsanto estão entre as seis aldeias históricas de Portugal a visitar este verão, segundo o *El Mundo*.

De acordo com o jornal espanhol, as duas aldeias históricas do Concelho de Idanha-a-Nova, em conjunto com Almeida, Linhares da Beira, Piódão e Sortelha, “sintetizam o que há de melhor e mais genuíno em Portugal: paisagens rurais, castelos medievais, riqueza gastronómica e uma história muito interessante”.

Idanha-a-Velha é destacada pelo património histórico e arqueológico que encerra, o qual relata uma história com mais de mil anos, por onde passaram Romanos, Suevos, Visigodos, Árabes e Templários.

Em relação a Monsanto, o *El Mundo* realça o título de *Aldeia mais Portuguesa de Portugal*, atribuído em 1938, e as “grandes pedras de granito” que integram a paisagem e são aproveitadas como paredes e telhados das casas.

Em Medelim a Capela de São Sebastião vai ser requalificada



A Câmara de Idanha-a-Nova celebrou um protocolo com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Medelim com a finalidade de apoiar a requalificação da Capela de São Sebastião, em Medelim.

O protocolo prevê uma comparticipação financeira no valor de 47,7 mil euros e foi assinado dia 26 de julho, entre o presidente da Câmara de Idanha-a-Nova, Armindo Jacinto, e o padre Martinho Lopes Mendonça, em nome da

Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Medelim.

As obras têm em vista a requalificação da Capela de São Sebastião, no sentido de potenciar o património religioso, evidenciando-o e devolvendo-o às comunidades das diferentes faixas etárias e, assim, envolver as mesmas na sua proteção e valorização.

O protocolo tem ainda o objetivo de reforçar a cooperação técnica, científica e humana entre as duas entidades.

CARTÓRIO NOTARIAL DE CASTELO BRANCO

Maria de Jesus Folgado Leal Prudente, Notária do Cartório Notarial de Castelo Branco sito na Rua Mousinho Magro, n.º 8, 1.º andar, certifico para efeitos de publicação que, por escritura hoje outorgada e exarada a partir de folhas cento e sete do livro de notas número trezentos e dez-G deste mesmo Cartório, **AUGUSTA DEOLINDA MAGUEIJO MARQUES**, a qual também usa o nome de **AUGUSTA DEOLINDA MAGUEIJO**, NIF 103 162 283, viúva, natural da freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, residente na Rua Gonçalves Zarco, n.º 4, 7.º andar esquerdo, Portela, Loures, justificou a posse do direito de propriedade, invocando a usucapião sobre os seguintes bens:

Um - Prédio rústico, composto de terra de pinhal e mato, com a área de quatro mil e quatrocentos metros quadrados, sito em Vergueira, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com Alfredo Esteves, Álvaro Pires Antunes, João Esteves, Aurélio Cardoso, José Manuel Antunes, Joaquim Esteves, Manuel Domingues, do sul com Álvaro Pires Antunes e Manuel Joaquim, do nascente com Manuel António Ivo e Helena Maria Martins e do poente com Américo Antunes e José Manuel Antunes, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número mil e trinta e sete/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação quatro de vinte e nove de Junho de mil novecentos e noventa e nove, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 31, seção V, com o valor patrimonial tributário e atribuído de cento e quarenta e um euros e dois cêntimos.

Dois - Prédio rústico, composto de terra de pinhal, mato, oliveiras, cultura arvenses e leite de curso de água, com a área de vinte e sete mil cento e vinte metros quadrados, sito em Vale Vergado ou Recanto em Vale Vergado, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com António Santos José, do nascente com João dos Santos e do sul e poente com linha de água, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número mil e trinta e cinco/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação quatro de vinte e nove de Junho de mil novecentos e noventa e nove, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 54, seção BB, com o valor patrimonial tributário e atribuído de sessenta e um euros e noventa e oito cêntimos.

Três - Prédio rústico, composto de terra de cultura arvenses de regadio, lima e pinhal, com a área de dezoito mil setecentos e sessenta metros quadrados, sito em Vale da Fonte, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com Francisco Fernandes, do sul com Marcelo Amaro do Canto, do nascente com José Alexandre Gonçalves e do poente com António Gomes, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número mil e vinte e quatro/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação quatro de vinte e nove de Junho de mil novecentos e noventa e nove, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 41, seção AE, com o valor patrimonial tributário e atribuído de oitenta e um euros e setenta e sete cêntimos.

Quatro - Prédio rústico, composto de terra de mato, oliveiras, construção rural e leite de curso de água, com a área de quatro mil e duzentos metros quadrados, sito em Cadavais, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com José Manuel Cardoso e João Luís, do sul com Alfredo José António e José Martins Calmeiro, do nascente com ribeira e do poente com Alfredo José António, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número mil e trinta e três/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação quatro de vinte e nove de Junho de mil novecentos e noventa e nove, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 95, seção AZ, com o valor patrimonial tributário e atribuído de quatro euros e dez cêntimos.

Cinco - Prédio rústico, composto de terra de cultura arvenses

com olival, cultura arvenses de regadio, pinhal e leitões de curso de água, com a área de onze mil e quarenta metros quadrados, sito em Vale do Mosqueiro, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com Albino Tavares Gomes e António Gomes, do sul com António Gomes, do nascente com Alberto Valente, António da Conceição e Francisco Amaro do Canto e do poente com Ribeira de Alameda, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número mil e sete/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação trinta e três de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 128, seção AJ, com o valor patrimonial tributário e atribuído de sessenta euros e trinta e nove cêntimos.

Seis - Prédio rústico, composto de terra de pinhal, com a área de dezanove mil e oitocentos metros quadrados, sito em Vale do Mosqueiro, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com Albino Tavares Gomes, do nascente com José Cardoso Gomes, Agostinho dos Prazeres Gomes, Francisco Luís Magueijo, José Domingos Luís, Manuel Gama, Alexandrina Maria, José Matias e António Pedro e do sul e poente com António Gomes, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número mil e oito/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação trinta e três de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 130, seção AJ, com o valor patrimonial tributário e atribuído de sessenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos.

Sete - Prédio rústico, composto de terra de cultura arvenses com olival, com a área de setecentos e vinte metros quadrados, sito em Covão, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte e poente com estrada, do sul com José de Almeida Mendes e do nascente com caminho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número novecentos e oitenta e dois/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação trinta e três de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 438, seção AC, com o valor patrimonial tributário e atribuído de nove euros e vinte e um cêntimos.

Oito - Prédio rústico, composto de terra de cultura arvenses com olival, com a área de cento e vinte metros quadrados, sito em Barreira, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com Domingos Gonçalves e João dos Santos, do sul com João Veríssimo, do nascente com Albino Tavares Gomes e do poente com Estrada, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número novecentos e oitenta e quatro/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação trinta e três de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 534, seção AC, com o valor patrimonial tributário e atribuído de noventa e um cêntimos.

Nove - Prédio rústico, composto de terra de pinhal e mato, com a área de cento e doze mil quatrocentos e quarenta metros quadrados, sito em Vale das Ramalheiras, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com António Faustino da Silva e João Luís, do sul com Augusto Gomes e Claudina dos Reis Gomes, do nascente com Agostinho dos Prazeres Gomes e Ilda de Jesus, Augusta Deolinda Magueijo, Augusto Gomes e Claudina dos Reis Gomes e do poente com José Mendes, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número mil e dez/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo

Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação trinta e três de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 30, seção AL, com o valor patrimonial tributário e atribuído de trezentos e oitenta e oito euros e vinte seis cêntimos.

Dez - Prédio rústico, composto de terra de cultura arvenses com oliveiras, com a área de oitenta metros quadrados, sito em ribeira do Fundo-Fundeiro, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com César Joaquim Antunes, do sul com José dos Santos, António Rodrigues e Joaquim Simão, do nascente com Maria de Jesus Ana e do poente com António Fernandes, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número mil e doze/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação trinta e três de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 28, seção AN, com o valor patrimonial tributário e atribuído de oitenta cêntimos.

Onze - Prédio rústico, composto de terra de pinhal, com a área de trinta e nove mil e duzentos metros quadrados, sito em Vale de Cabras, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com Alexandre António, José Martins da Eira e Joaquim Fernandes, do sul com José Gonçalves, do nascente com João Nunes Freire e Joaquim Santiago e do poente com José Martins da Eira e João Luís, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número mil e quinze/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação trinta e três de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 22, seção BB, com o valor patrimonial tributário e atribuído de cento e trinta e cinco euros e noventa cêntimos.

Doze - Prédio urbano, composto por um edifício de rés do chão e primeiro andar, com a superfície coberta de cento e dez metros quadrados, destinado a habitação, sito na Rua do Espírito Santo ou Aldeia do Espírito Santo, freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com caminho, do sul com José Amaro Canto, do nascente com Herdeiros de Maria Bárbara Gomes Afonso e do poente com Francisco Freire, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número novecentos e setenta e nove/Freguesia de Alameda, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação trinta e três de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 9, com o valor patrimonial tributário e atribuído de oito mil novecentos e cinquenta euros.

Treze - Prédio rústico, composto de terra de pinhal, cultura arvenses, mato e oliveiras, com a área de trinta e um mil trezentos e vinte metros quadrados, sito em Ribeiro da Prova, freguesia de S. Vicente da Beira, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com César Domingos e Francisco Domingos Matias, do sul com Frederico Afonso Brás do Amaral e Sousa, do nascente com José Bernardo, António Brites, Maria Amélia Brites e João Brites e do poente com Manuel Marques e Joaquim Morgado, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número mil seiscientos e trinta e sete/Freguesia de S. Vicente da Beira, com registo de aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Augusta Deolinda Magueijo, casada com António Marques, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Urbanização da Portela, lote 68, 7.º esquerdo, Sacavém, Ilda de Jesus, casada com Adelino Dias, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Avenida Camilo Castelo Branco, n.º 6, 4.º andar direito, Buraca, Amadora, Augusto Gomes, casado com Maria Manuela Mota da Silveira Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Rua dos Bragas, 365, 2.º andar direito, Porto, Claudina dos Reis Gomes, solteira, maior, residente na Rua 9 de Julho, 279, 1.º Porto, pela apresentação trinta e três de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito, inscrito na matriz predial em nome de Augusta Deolinda Magueijo Marques, sob o artigo 14, seção CS, com o valor patrimonial tributário e atribuído de cento e quinze euros e quarenta e três cêntimos.

Está conforme o original.

Castelo Branco, vinte e nove de Julho de dois mil e vinte e um.

A Notária

Maria de Jesus Folgado Leal Prudente

82ª VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA

Distrito ganha três etapas da Volta

Mais um ano em que os Albicastrenses vão poder viver as emoções e a animação da chegada da Volta na Avenida Nuno Álvares



Emoção da chegada dos ciclistas, este ano em Castelo Branco e na Covilhã

A 82ª Volta a Portugal em Bicicleta, que é cumprida de 4 a 15 de agosto, tem nada mais, nada menos, que três etapas no Distrito de Castelo Branco.

A prova maior do ciclismo português começa dia 4 de agosto, em Lisboa, com um prólogo que é um contrarrelógio individual.

No terceiro dia de prova, 6 de agosto, os ciclistas têm pela frente a segunda etapa entre Ponte de Sor e Castelo Branco.

Logo no dia seguinte, 7 de agosto, com partida na Sertã e chegada à Covilhã, esta é uma das etapas rainha, com a subida

à Torre, na Serra da Estrela.

Já no dia 8 de agosto, os ciclistas partem de Belmonte em direção à Guarda, numa etapa que será uma sucessão de subidas e descidas.

A edição deste ano da Volta a Portugal em Bicicleta termina dia 15 de agosto, em Viseu, com um contrarrelógio individual.

Restrições à circulação em Castelo Branco
A Polícia de Segurança Públi-

ca (PSP) em comunicado em enviado à nossa redação, informa que “no sentido de garantir a segurança de todos os que integram a prova, serão implementadas as seguintes restrições à circulação: encerramento à circulação rodoviária (dia 6 de agosto, entre as 8 horas e as 22h30): Av. Nuno Álvares, Rua Combatentes da Grande Guerra, Rua Conselheiro Albuquerque, Parque de Estacionamento da Escola Se-

cundária Nuno Álvares, Parque de Estacionamento do Kalfifa e via adjacente. Como alternativa, recomendamos seguir a sinalização e as recomendações dos Agentes nos locais. Encerramento à circulação rodoviária do percurso de chegada (dia 06, a partir das 15h30): Entrada pela estrada de Malpica - Avenida da Carapalha - Rua Poeta João Roiz - Rotunda da Estação - Avenida Nuno Álvares.”

Ultramaratona PT281+ passa pelo Concelho e conta com participação de atleta de Ródão

Passou pelo concelho de Vila Velha de Ródão, no dia 22 de julho, mais uma edição da Ultramaratona PT281+, uma prova em corrida pedestre que, tal como o nome indica, percorreu 281 km de trilhos pedestres na Beira Baixa e contou com a participação do atleta do concelho Daniel Santos, que concluiu em a prova em 15.º lugar da geral.

Inspirada na prova estadounidense Badwater e na brasileira BR135+, a Ultramaratona PT281+ contempla uma das maiores distâncias do mundo em corrida pedestre e procura recriar as condições extremas dessas provas, constituindo um teste aos limites físicos e psicológicos dos atle-



tas. Para Daniel Santos, atleta de 42 anos que há cerca de seis anos pratica *trail* e usa

preferencialmente os trilhos do concelho para treinar, o desafio e superação pessoal que implica a conclusão desta distância numa única etapa e o facto desta ser considerada por muitos atletas como a prova rainha do trail em Portugal foram motivos para a participação nesta competição, onde alcançou o 15.º lugar da geral.

A edição deste ano da Ultramaratona PT281+ teve início no concelho de Belmonte e, para além de Vila Velha de Ródão, passou também pelos concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Oleiros e Póvoa-a-Nova, tendo contado com a participação de mais de 80 atletas.

João Pinheiro soma e segue



João Pinheiro esteve presente no Ralicross de Montalegre, a 24 e 2 de julho. A prova conta para o Campeonato de Portugal de Kartcross, modalidade em que o jovem piloto albicastrense compete.

As hostilidades começaram com os treinos cronometrados, onde Pinheiro conseguiu um fantástico décimo segundo lugar, a meio da tabela. Numa divisão em que está a ganhar experiência.

Levantada a bandeira verde para as corridas de qualificação, o piloto lutou sempre pelo melhor lugar possível, até porque é o somatório das qualificativas que dita o lugar na grelha para as meias-finais.

Conquistando sempre no *top ten* ou muito perto, era seu um lugar na grelha para a meia-final.

Rodeado de pilotos com muita experiência, Pinheiro não se deixou intimidar. Fez a sua corrida, lutou até ao último minuto e assinou o sétimo crono da corrida, garantindo o seu lugar na final. Já a final não correu pelo melhor, logo após a partida, o LBS RX01 fica com um pneu furado. A viatura estava indomável, até pela chuva se fazia sentir e o piso escorregadio. O piloto foi rodando e lutando contra a viatura, de forma a amealhar o melhor lugar possível na final. Terminou em décimo segundo, um lugar que fica aquém das expectativas da equipa. Mas o furo não permitiu melhor resultado.

O Campeonato vai agora fazer uma pausa para férias e voltará em setembro, na pista da Boavista em Mação.

Desportivo de Castelo Branco mantém a sua atividade durante o verão

O Desportivo de Castelo Branco decidiu manter a sua atividade durante o verão, com propostas inovadoras, diferenciadas, sendo estas abertas à população jovem albicastrense. O clube está a proporcionar um Campo de Treinos gratuito no Polidesportivo da Quinta das Pedras.

Podem participar jovens

com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos, ocorrendo os treinos de segunda a sexta-feira e sempre com a presença de um treinador certificado UEFA. A atividade encontra-se aberta a todos os jovens que queiram experimentar a modalidade ou então desenvolver e potenciar as suas capacidades futebolísticas.

Resultados e Classificações

FUTEBOL - II LIGA

1ª Jornada - 7 de agosto

Acad. de Viseu	- Casa Pia
Varzim	- GD Chaves
FC Porto B	- Trofense
Feirense	- SC Covilhã
08/08 Est. Amadora	- CD Mafra
Rio Ave	- Acad. OAF
Benfica B	- Nacional
09/08 Vilafranquense	- FC Penafiel
10/08 Leixões	- Farense



**José Caetano**

Faleceu no passado dia 30 de julho de 2021, José Dias Caetano, com 85 anos, natural de Sobrainho da Beira, Sarzedas e residente em Cerejeira, Alvito da Beira.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filhos, genro, nora e netos na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria seu desejo, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que acompanharam o seu ente querido à sua última morada, ou que de qualquer outra forma lhes manifestaram o seu pesar.

A todos, o nosso Bem-Haja.

Funeralbi - Agência Funerária | T. 272 324 402 | 966 281 568 | geral@funeralbi.pt | Castelo Branco

**Francisco Carriço**

Faleceu, no passado dia 28 de julho de 2021, Francisco Álvaro da Cruz Carriço, de 71 anos de idade, natural de Covilhã e residente em Castelo Branco.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filho e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos, e sem exceção, um enorme bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 | R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco

**Adélia Jorge**

Faleceu, no passado dia 31 de julho de 2021, Adélia Matos Simões Jorge, de 88 anos de idade, natural e residente em Freixial do Campo.

AGRADECIMENTO

Seus filhos, noras, genro, netos, bisneto e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos, e sem exceção, um enorme bem-haja.

Seus familiares vêm por este meio informar que se irá realizar a Missa de 7.º Dia na próxima terça-feira, dia 10 de agosto, pelas 19:30h, na Igreja de Freixial do Campo. Desde já se agradece a todos os que nela participem.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 | R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco

**Albano Ribeiro**

Faleceu, no passado dia 2 de agosto de 2021, Albano Morgado Ribeiro, de 84 anos de idade, natural de Sobreira Formosa e residente em Castelo Branco.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filhas e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos, e sem exceção, um enorme bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 | R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco

**Domingos Pires**

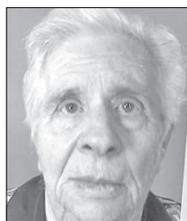
Faleceu, no passado dia 31 de julho de 2021, Domingos dos Santos Pires, de 88 anos de idade, natural e residente em Ninho do Açor.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filhos, noras, netos, bisnetos e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos, e sem exceção, um enorme bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 | R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco

**M^a Carmo Veríssimo**

Faleceu, no passado dia 29 de julho de 2021, Maria do Carmo Veríssimo, de 93 anos de idade, natural de Sobral do Campo e residente em Castelo Branco.

AGRADECIMENTO

Seus filhos, noras, genro, netos, bisnetos e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos, e sem exceção, um enorme bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 | R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco

**Júlio Almeida**

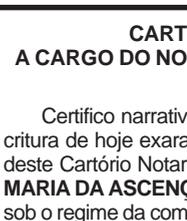
Faleceu, no passado dia 1 de agosto de 2021, Júlio dos Santos Almeida, de 84 anos de idade, natural de Unhais-o-Velho e residente em Portela de Unhais.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filhos, noras, netos e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos, e sem exceção, um enorme bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 | R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco

**Lucinda Dias**

Faleceu, no passado dia 1 de agosto de 2021, Lucinda de Jesus Pereira Dias, de 88 anos de idade, natural de Bogas de Baixo e residente em Castelo Branco.

AGRADECIMENTO

Seus filhos, netos e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos, e sem exceção, um enorme bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 | R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco

**Joaquim Fraqueiro**

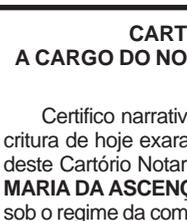
Faleceu, no passado dia 29 de julho de 2021, Joaquim António dos Santos Fraqueiro, de 83 anos de idade, natural de Aldeia de Santa Margarida e residente em Leiria.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filhos, nora, genro, netos e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos, e sem exceção, um enorme bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 | R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco

**CARTÓRIO NOTARIAL DO FUNDÃO
A CARGO DO NOTÁRIO LIC. AGOSTINHO MIGUEL CORTE
JUSTIFICAÇÃO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que por escritura de hoje exarada, a folhas 94, do livro de notas número 111, deste Cartório Notarial, **ANTÓNIO TARRINHA SOARES** e esposa **MARIA DA ASCENÇÃO DE JESUS SERRANO SOARES**, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, ambos naturais da freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, onde residem, na Estrada Nacional 233, nº 82, declaram ser donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, dos seguintes bens: situados na freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, **Prédio rústico** composto de pinhal, com a área de dois mil quatrocentos e oitenta metros quadrados, sito em Santo André, a confrontar de norte com José Louro, de sul e poente com António Tarrinha Soares e de nascente com Júlio Antunes Alves, inscrito na matriz, sob o artigo 37 Secção AC, **Prédio rústico** composto de mato, com a área de dezoito mil metros quadrados, sito em Santo André, a confrontar de norte com Elisabete Ramos Caldeira Relvas e António Tarrinha Soares, de sul com Linha de Água e Manuel Caldeira, de nascente com Júlio Antunes Alves e de poente com Caminho Público, inscrito na matriz, sob o artigo 65 Secção AC, **Prédio rústico** composto de olival e cultura arvenses em olival, com a área de dois mil metros quadrados, sito em Santo André, a confrontar de norte com Maria Silveira, de sul com Herdeiros de Emília Ascensão Martins, de nascente com Caminho Público e de poente com Linha de Água, inscrito na matriz, sob o artigo 43 Secção AC, **Cinco sextos indivisos do prédio rústico** composto de terra de cultura arvenses com oliveiras, com a área de mil cento e vinte metros quadrados, sito em Santo André, a confrontar de norte com José Afonso, de sul com José Ribeiro, de nascente com Estrada e de poente com Caminho, inscrito na matriz, sob o artigo 42 Secção AC.

Que eles outorgantes adquiriram os prédios em mil novecentos e noventa e cinco, por compra que fizeram, o primeiro a Francisco Caldeira, viúvo, residente que foi na mesma freguesia de Meimoa, o segundo a Palmira dos Santos Soares, viúva e Miguel Fatela, viúvo, residentes que foram na mesma freguesia de Meimoa, o terceiro a José Ribeiro, casado, residente na freguesia de Benquerença, concelho de Penamacor e o quarto a António Borges Silveiro, casado, residente que foi na mesma freguesia de Benquerença.

Fundão, 27 de Julho de dois mil e vinte e um

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

O NOTÁRIO,

(Agostinho Miguel Corte)

**CARTÓRIO NOTARIAL DO FUNDÃO
A CARGO DO NOTÁRIO LIC. AGOSTINHO MIGUEL CORTE
JUSTIFICAÇÃO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que por escritura de hoje exarada, a folhas 90, do livro de notas número 111, deste Cartório Notarial, **ANTÓNIO MANUEL CONCEIÇÃO CABANAS**, e esposa **TERESA DE JESUS AMARAL FONSECA CABANAS**, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais, ele da freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, ela da freguesia de Carvalho de Egas, concelho de Vila Flor e residentes na Rua Caetano Júnior, nº 119, 1º andar, na Covilhã, declaram ser donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, dos seguintes bens: **Prédio urbano**, composto por casa de habitação de rés-do-chão e primeiro andar, com a superfície coberta de vinte metros quadrados, sito na Rua da Igreja, freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, a confrontar de norte com Herdeiros de Joaquim Augusto Soares, de sul com José Tarrinha, de nascente com Rua Pública e de poente com José Primo, inscrito na matriz sob o artigo 205, **Prédio rústico**, composto por olival, cultura arvenses em olival, leite de curso de água, oliveiras e pastagem, com a área de onze mil e seiscentos metros quadrados, sito na Ponte Velha, freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, a confrontar de norte com Ribeira, de sul com José Manuel Soares Fatela, de nascente com Herdeiros de Joaquim Lopes Nabais e de poente com Joaquim Martins Costa, inscrito na matriz sob o artigo 68 Secção D, **Prédio rústico**, composto de olival e cultura arvenses em olival, com a área de dois mil duzentos e quarenta metros quadrados, sito no Rio Torto, freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, a confrontar de norte com Linha de Água, de sul com Isabel dos Santos Francisco Catarro, de nascente com António Augusto da Conceição Bento e de poente com Raúl Fatela, inscrito na matriz sob o artigo 35 Secção F, **Prédio rústico**, composto por cultura arvenses de regadio, cultura arvenses, marmeleiros, oliveiras, leitos de curso de água e pomar de macieiras, com a área de quatro mil e oitocentos metros quadrados, sito no Lagoeiro e Tapada das Nozes, freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, a confrontar de norte com José Luís Pires Catarro, de sul com Álvaro Gonçalves Azevedo, de nascente com Caminho Público e de poente com Ribeiro e Domingos da Costa, inscrito na matriz sob o artigo 373 Secção O, **Prédio rústico**, composto por olival e solo subjacente de cultura arvenses, com a área de setecentos e vinte metros quadrados, sito no Rio Torto, freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, a confrontar de norte com Adelino Bento, de sul e nascente com Luís Osório e de poente com José Catarino, inscrito na matriz sob o artigo 37 Secção F, **Prédio rústico**, composto por oliveiras, figueiras e cultura arvenses, com a área de mil oitocentos e quarenta metros quadrados, sito no Vale, freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, a confrontar de norte com Linha de Água, de sul com Isabel dos Santos Francisco Catarro, de nascente com António Augusto da Conceição Bento e de poente com Raul Fatela, inscrito na matriz sob o artigo 155 Secção Z, e **Prédio rústico**, composto por olival, solo subjacente cultura arvenses em olival, cultura arvenses e oliveiras, com a área de mil e quatrocentos metros quadrados, sito no Vale, freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, a confrontar de norte com José Luís Pires Catarro, de sul com Álvaro Gonçalves Azevedo, de nascente com Caminho Público e de poente com Ribeira e Domingos da Costa, inscrito na matriz sob o artigo 157 Secção Z.

Que, eles outorgantes adquiriram o prédio número um em mil novecentos e noventa e sete, por compra aos pais dos titulares inscritos, António Borrego e Teresa Martins, casados sob o regime da comunhão geral de bens, residentes que foram na mesma freguesia de Meimoa, o prédio número dois, em mil novecentos e noventa e cinco, por compra verbal de metade aos pais dos titulares inscritos, António Fatela e esposa Maria Rosa, casados em comunhão geral de bens, residentes que foram na dita freguesia de Meimoa, e a outra metade a José Soares Lopes Nabais, casado com Celestina Fatela, residente que foi da referida freguesia de Meimoa, os prédios números três e quatro em mil novecentos e noventa e cinco, aos pais dos titulares inscritos, António Fatela e esposa Maria Rosa, casados em comunhão geral de bens, residentes que foram na dita freguesia de Meimoa, o número cinco, em mil novecentos e noventa e oito, por compra aos titulares inscritos, o número seis, em mil novecentos e noventa e cinco, por compra verbal a Cesar Augusto Neto, viúvo, residente que foi da referida freguesia de Meimoa e o número sete, em mil novecentos e noventa e seis, por compra verbal a Inácia de Jesus, viúva, residente que foi na dita freguesia de Meimoa.

Fundão, 27 de Julho de dois mil e vinte e um

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

O NOTÁRIO,

(Agostinho Miguel Corte)

FARMÁCIAS

CASTELO BRANCO

- Quarta-Feira - SALAVESSA - Av. da Carapalha
- Quinta-Feira - RODRIGUES SANTOS - R. Prof. Dr. F. Vasconcelos
- Sexta-Feira - LEAL MENDES - Rua S. Sebastião
- Sábado - GRAVE - Rua Sr. António
- Domingo - VITTA - Centro Com. Alegro
- Segunda-Feira - FERRER - Praça D. José
- Terça-Feira - PEREIRA REBELO - Rua. N.º Sr.ª de Mércules



**CARTÓRIO NOTARIAL - PROENÇA-A-NOVA
CÂNDIDO SÉRGIO RIBEIRO CORREIA - NOTÁRIO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de justificação, outorgada hoje, dia trinta de julho de dois mil e vinte e um e iniciada a folhas setenta e nove (79) do Livro de Notas para Escrituras Diversas número ONZE-A, deste Cartório Notarial, **PAULO JORGE CATARINO MARTINS**, solteiro maior, natural da freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, residente na Avenida Amália Rodrigues - Urbanização Quinta das Águas Livres, n.º 42, 2.º esquerdo, 2650-437 Amadora, NIF 212 871 595, declarou:

Que, com exclusão de outrem, é dono e legítimo possuidor dos seguintes prédios, sitos na freguesia de Santo André das Tojeiras, concelho de Castelo Branco:

UM - RÚSTICO, sito em Vales, composto de pinhal, mato e cultura arvense, com a área de cinco mil cento e sessenta metros quadrados, que confronta do NORTE com Maria de Lurdes Martins Catarino e Maria Idalina Nunes Rodrigues Ribeiro, do SUL com Luís Gonçalves e Maria Amália Nunes Rodrigues Dias, do NASCENTE com Maria de Lurdes Martins Catarino e José Roque Marques Ribeiro e do POENTE com Herança de António Ribeiro de Andrade.

Não está descrito na competente Conservatória do Registo Predial e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 105, secção AU, com o valor patrimonial tributável de € 54,51.

DOIS - RÚSTICO, sito em Portela do Valongo, composto de cultura arvense, com a área de mil duzentos e quarenta metros quadrados, que confronta do NORTE com Manuel Catarino Nunes e Rogério Ribeiro Roque, do SUL com Herança de Teresa de Clementina Dias Ramalho Roque, do NASCENTE com Maria de Lurdes Martins Catarino e do POENTE com Herança de António Ribeiro Andrade.

Não está descrito na competente Conservatória do Registo Predial e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 106, secção AU, com o valor patrimonial tributável de € 3,98.

TRÊS - RÚSTICO, sito em Maninho, composto de pinhal, com a área de cinco mil oitocentos e oitenta metros quadrados, que confronta do NORTE com Maria de Lurdes Martins Catarino e outros, do SUL e POENTE com Maria Olívia Afonso Nunes Mendes e do NASCENTE com Maria Olívia Afonso Nunes Mendes, Januário Roque Gonçalves e outros.

Não está descrito na competente Conservatória do Registo Predial e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 10, secção BN, com o valor patrimonial tributável de € 102,19.

E ACRESCENTOU: Que os prédios vieram à sua posse no ano de mil novecentos e noventa e nove, por entrega material em cumprimento de acordo verbal de compras e vendas em que foram vendedores.

Da verba UM, José ribeiro Roque e mulher Teresa de Clementina Dias Ramalho Roque, casados que foram no regime da comunhão geral de bens, residentes que foram em Praceta Gustavo Matos Sequeira, n.º 1, 2º C, Massamá.

Da verba DOIS, José Mário Ribeiro e mulher Maria Idalina Nunes Rodrigues Ribeiro, casados no regime da comunhão de adquiridos, residentes no Largo Pérola do Amieiro, n.º 34, rés do chão esquerdo, Castelo Branco.

Da verba TRÊS, Domingos Roque Catarino e mulher Margarida Roque, casados que foram no regime da comunhão geral de bens, residentes que foram em Bugios, Santo André das Tojeiras.

Não lhe sendo, por isso, possível a exibição de título formal que legitime o seu direito.

Que, não obstante a falta de título, sempre tem possuído os ditos bens imóveis, desde aquela data, exercendo todos os direitos e deveres correspondentes ao direito de propriedade, usufruindo dos imóveis, gozando de todas as utilidades por eles proporcionadas, participando nas suas vantagens e encargos, praticando todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, nomeadamente tratando das árvores, limpando o mato, cultivando-os ou mandando-os cultivar, sempre com ânimo de quem exercita direito próprio, sendo reconhecido como seu dono por toda a gente, fazendo-o de boa fé, por ignorar lesar direito alheio, pacificamente, porque sem violência, contínua, porque nunca interrompida, e pública, porque à vista e com conhecimento de toda a gente, sem oposição de ninguém e tudo isto por um lapso de tempo superior a VINTE ANOS.

Que, dadas as enunciadas características de tal posse, adquiriu os ditos prédios por USUCAPIÃO, título esse que, por sua natureza não é suscetível de ser comprovado pelos meios normais.

Está conforme o original.

Proença-a-Nova, 30 de julho de 2021

O Notário,

(Cândido Sérgio Ribeiro Correia)



CARTÓRIO NOTARIAL DE CASTELO BRANCO

Maria de Jesus Folgado Leal Prudente, Notária do Cartório Notarial de Castelo Branco sito na Rua Mousinho Magro, n.º 8, 1.º andar, certificado para efeitos de publicação que, por escritura hoje outorgada e exarada a partir de folhas noventa e duas do livro de notas número trezentos e dez-G deste mesmo Cartório, **GRAÇA MARIA DUARTE SANTIAGO REBOLA**, NIF 164 813 748, casada com Gilberto Manuel Rodrigues Cupido Rebola, NIF 160 641 667, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, residente na Rua Professor Egas Moniz, n.º 21, freguesia de Bobadela, concelho de Loures, retificou a escritura de justificação da posse do direito de propriedade, invocando a usucapião, outorgada a vinte sete de Junho de dois mil e oito e exarada a partir de folhas cento e duas do livro de Notas para escrituras diversas número oitenta e cinco do extinto Cartório Notarial de Castelo Branco a cargo da notária, Maria Fernanda Cordeiro Vicente, no sentido de passar a constar que o prédio pela mesma justificado tem a seguinte identificação:

Prédio rústico, composto por cultura arvense e pinhal, com a área de duzentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta metros quadrados, sito em Moita, freguesia de Lourçal do Campo, concelho de Castelo Branco, a confrontar do norte com José Tavares Sequeira, do sul com José Duarte Santiago, do nascente com Ribeiro Ocreza e do poente com Veríssimo & Irmão, Lda, ao presente já descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número novecentos e setenta e dois/Freguesia de Lourçal do Campo, com registo de aquisição a favor dela primeira outorgante mulher, como bem próprio, pela apresentação dois, de dezoito de Agosto de dois mil e oito, inscrito na matriz predial respetiva, em nome de Graça Maria Duarte Santiago Rebola, sob o artigo 40, secção F, com o valor patrimonial tributário e atribuído de cento e setenta e dois euros e sessenta e três cêntimos.

Está conforme o original.

Castelo Branco, vinte e oito de Julho de dois mil e vinte e um.

A Notária

(Maria de Jesus Folgado Leal Prudente)

DIVERSOS

**VIDENTE
PRECISA DE AJUDA?**

Já recorreu a um Médico e não se sente curada? Tem problemas conjugais e não quer terminar o seu matrimónio? O seu negócio vai mal? Quer ter sucesso num exame?

Vidente Curandeira Africana trabalha com magia negra e branca. Também joga cartas. Resposta dos seus problemas contacto: 272 997 040 ou 963 789 111, www.videntecurandeira.net.

**CARTÓRIO NOTARIAL DO FUNDÃO
A CARGO DO NOTÁRIO LIC. AGOSTINHO MIGUEL CORTE
JUSTIFICAÇÃO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que por escritura de hoje exarada, a folhas 87, do livro de notas número 111, deste Cartório Notarial, **ANTÓNIO MANUEL CONCEIÇÃO CABANAS**, e esposa **TERESA DE JESUS AMARAL FONSECA CABANAS**, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais, ele da freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, ela da freguesia de Carvalho de Egas, concelho de Vila Flor e residentes na Rua Caetano Júnior, nº 119, 1º andar, na Covilhã, declaram ser donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, dos seguintes prédios: **Prédio rústico**, composto por mato, com a área de dois mil setecentos e quarenta metros quadrados, sito no Pombal, freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, a confrontar de norte com António Santos, de sul com Joaquim Cunha, de nascente com Arruamento Público e de poente com Manuel Cabanas, inscrito na matriz sob o artigo 309 Secção T, e **Prédio rústico**, composto por mato, com a área de dois mil quatrocentos e oitenta metros quadrados, sito no Pombal, freguesia de Meimoa, concelho de Penamacor, a confrontar de norte com António Santos, de sul com Joaquim Cunha, de nascente com Augusto de Oliveira e de poente com Arruamento Público, inscrito na matriz sob o artigo 310 Secção T.

Que, adquiriram estes prédios em mil novecentos e oitenta e oito, por compra aos pais dos titulares inscritos e no mesmo ano a Miguel Fatela, viúvo, a Frederico Fatela, casado com Maria de Fátima Palheiros Fatela, sob o regime da comunhão de adquiridos e a António Moreira da Fonseca, casado com Maria Rosa Fatela, sob o regime da comunhão de adquiridos, todos residentes na mesma freguesia de Meimoa.

Fundão, 27 de Julho de dois mil e vinte e um

**ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
O NOTÁRIO,**

(Agostinho Miguel Corte)

Cinema / 5 a 11 de agosto

SALA 1 - D'ARTACÃO E OS 3 MOSCÃOITEIROS (VP) - M/6 | Todos os dias: 14:00h - 16:20h | Dom: 11:10h - 14:00h - 16:20h

O ESQUADRÃO SUICIDA - ESTREIA NACIONAL - M/16 | Todos os dias: 18:30h - 21:30h

UPSSS! 2: A AVENTURA CONTINUA (VP) - M/6 | Dom: 11:10h

SALA 2 - O ESQUADRÃO SUICIDA - ESTREIA NACIONAL - M/16 | Todos os dias: 13:30h - 16:30h

D'ARTACÃO E OS 3 MOSCÃOITEIROS (VP) - M/6 | Todos os dias: 19:10h

JUNGLE CRUISE - A MALDIÇÃO NOS CONFINS DA SELVA - M/12 | Todos os dias: 21:35h

UPSSS! 2: A AVENTURA CONTINUA (VP) - M/6 | Dom: 11:10h

SALA 3 - JUNGLE CRUISE - A MALDIÇÃO NOS CONFINS DA SELVA - M/12 | Todos os dias: 13:45h

BEM BOM - M/14 | Todos os dias: 16:40h

UMA FAMÍLIA DE DOIDOS - ESTREIA NACIONAL - M/12 | Todos os dias: 19:10h - 21:40h

SPACE JAM: UMA NOVA ERA (VP) - M/6 | Dom: 11:00h



Na compra de 1 bilhete, não acumula com outras promoções
Obrigatória a apresentação deste cupão na bilheteira do Cinema
Centro Comercial Alegro - Castelo Branco

Vale

1€

Sudoku por Joaquim Bispo

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1		9	6			5		1	
2					6		4		2
3	3		2			9			5
4		4	3			8			
5				5				3	1
6	7	5		9					
7	9		7		8		1		
8			5	7					6
9		2		3		1		8	

OBJETIVO: Cada linha, cada coluna e cada sector 3x3 devem conter todos os números de 1 a 9. **DICA:** E2 e I8 determinam as duas únicas posições possíveis para o 6, no sector central inferior (e na linha 7): D7 e F7. Então, a única posição possível para o 6, no sector inferior esquerdo (e na linha 9), é a A9.

Solução

7	8	9	1	5	3	4	2	6	
9	2	3	4	6	7	5	8	1	
4	5	1	6	8	2	7	3	9	
8	4	9	2	3	6	1	5	7	
1	3	2	7	4	9	6	8		
6	7	5	8	1	9	3	4	2	
5	9	8	6	7	4	2	1	3	
2	6	4	3	9	1	8	7	5	
3	1	7	5	2	8	9	6	4	

QUINTA max. 33 | min. 15
céu limpo



SEXTA max. 30 | min. 14
céu pouco nublado



SÁBADO max. 27 | min. 14
céu pouco nublado



DOMINGO max. 31 | min. 14
céu pouco nublado



Gazeta do Interior
4 de agosto de 2021

REGIÃO ESTÁ EM CHOQUE - REAÇÕES POLÍTICAS

Pedido de insolvência da Dielmar arrasta mais de 300 trabalhadores para o desemprego

A Dielmar, que está instalada em Alcains desde 1965 e é uma das maiores empresas da Região, pediu na passada sexta-feira, 30 de julho, o pedido de insolvência que, agora, será decidido pelo Tribunal do Fundão.

Uma notícia que caiu como uma bomba, pois a empresa tinha então fechado para férias, estando a sua reabertura prevista para dia 18 de agosto.

Nesta que é considerada uma tragédia económica para a Freguesia de Alcains, para o Concelho de Castelo Branco e para a Região, estão envolvidos mais de 300 postos de trabalho e uma marca emblemática, tanto a nível nacional, como internacional.

A Dielmar fez saber, em comunicado, que “após ter ultrapassado várias crises durante 56 anos sucumbiu à pandemia por um conjunto de situações que foram letais”.

A Dielmar realça que os últimos 16 meses foram “longos e duros” e assegura ter feito “um esforço imenso e solitário” para sobreviver e manter os postos de trabalho.

Opinião que é contrariada pelo Ministério da Economia que, também em comunicado, afirma que “esta situação é anterior à crise provocada pela pandemia”.

O jornal Público noticia que este comunicado foi conhecido «depois do próprio ministro ter deixado claro que o Estado pode perder as ajudas que deu e de aludir a uma “gestão muito pouco clara” como um dos obstáculos à viabilização desta têxtil especializada em alfaiataria».

O Público avança ainda que «nos últimos 10 anos, “várias entidades públicas injetaram cerca de cinco milhões de euros na empresa”, diz o Governo. Há ainda três milhões de euros em dívida cobertos por garantia



pública. Este auxílio público “pressupõe uma reestruturação, sendo que a maioria destas medidas não foi aplicada pela Administração da Dielmar”, nota o Ministério.

O diário refere também que “a dívida à banca é de cerca de 6,142 milhões. Em novembro de 2020, a dívida a fornecedores era de perto de 2,5 milhões (vencidos na sua quase totalidade), e à Segurança Social de um montante superior a 1,7 milhões de euros, contabilizam o Governo”.

O ministro da Economia, Pedro Siza Viera, afirmou ao Público que “o Estado acompanha a Dielmar há mais de uma década”, bem como que “a empresa acumula resultados negativos há 10 anos e, por isso, o Estado foi ao longo dos anos assegurando a capitalização da empresa”.

O Público refere igualmente que «em 2020, segundo o Governo, “foram consideradas esgotadas todas as possibilidades de reestruturar a empresa, ou até mesmo assegurar a sua transição, total ou parcial”».

Siza Viera afirmou ao Público que o Estado “se calhar não vai recuperar” nada do que ali meteu e avançou que, «por isso, “o Estado e outros credores terão de fazer um maior esforço possível para assegurar uma solução. Precisamos de salvar empresas, não precisamos de salvar empresários”».

As reações ao pedido de insolvência da Dielmar não se

fizeram esperar, nomeadamente dos intervenientes políticos, até porque se está em ano de eleições Autárquicas. Mas também do setor empresarial, com a Câmara do Comércio da Região das Beiras (CCRB) a afirmar que “assistimos com muita preocupação ao fecho de uma empresa que empregava cerca de 300 trabalhadores e com mais de meio século de existência, tornando-se num dos mais empregadores de uma localidade com pouco mais de cinco mil habitantes e emblemática para a Região”.

Por isso não hesita em realçar que é “mais um duro golpe no tecido empresarial do Interior”.

Com base nisso avança que “a falta de meios e de apoios concretos a uma região é de tal forma grave, que outras situações como a desta empresa se podem seguir” e salienta que “entendemos que o tecido empresarial não pode ser deixado à sua sorte e temos o dever de nos unir em prol do interesse comum, o desenvolvimento sustentado do Interior”.

Assegura ainda que “a CCRB, enquanto organismo associativo, procurará sempre ajudar na procura de soluções para o tecido empresarial do Interior”.

Já da parte da candidatura do Partido Socialista (PS) à Câmara de Castelo Branco às eleições Autárquicas de 26 de setembro, é afirmado que “o marasmo atual, de que a situação da Dielmar é mais um

exemplo, não pode continuar. É preciso um papel ativo do Município”.

A candidatura adianta que o seu candidato contactou o Governo para o alertar da situação e defende que “logo que seja nomeado um administrador judicial, devem ser analisadas todas as possibilidades de investimento na empresa que possam vir a surgir, que contribuam para viabilização de uma marca histórica do setor da confeção”.

De igual modo é afirmado que “solicitei ao Governo que pudesse ser, também ele, proativo nessa busca, já que a atual gestão do Município de Castelo Branco não conseguiu assumir esse papel”.

A Concelhia do Partido Social Democrata (PSD) alerta, em comunicado, que “o País, a Região, o Concelho e Alcains correm sérios riscos de perderem uma marca internacional que faz história há 56 anos. Uma marca de referência que muito nos orgulha. Ao longo destes anos a Dielmar tem demonstrado uma grande relevância para a economia local: manteve e criou muitos postos de trabalho, contribuiu para gerar outros negócios diretos e indiretos, projetou Castelo Branco”.

Sublinha que “mais que uma marca a Dielmar tem rostos, tem cerca de 350 pessoas que correm o risco de ficarem desempregadas. As consequências nas vidas de centenas de famílias que daí advêm serão suficientemente graves para todo o Concelho, para a resposta ser a indiferença, ou meras palavras vãs”.

As críticas surgem, “quando ouvimos alguns responsáveis políticos falarem na situação trágica, espanta-nos que o Município de Castelo Branco nunca tenha dado a devida atenção à situação económica da empresa, nem tenha aproveitado parte da produção de máscaras ali realizada, durante a fase de reorga-

nização da produção ocorrida em tempos de pandemia, para as adquirir e poder distribuir à população do Concelho”.

Destaca também que “a nível político, aparentemente, tudo falhou. O Governo e a Câmara Municipal não deram conta da gravidade da situação empresarial da Dielmar, que a pandemia, apenas, agravou. Os trabalhadores e as suas famílias foram desprezados por aqueles que têm responsabilidades políticas executivas”.

Tudo isto leva a Concelhia a concluir que “é profundamente lamentável que o Governo e a Câmara não tenham sido proativos. Mas será imperdoável que não sejam pelo menos reativos”.

Por seu lado a Direção de Organização Regional de Castelo Branco (DORCB) do Partido Comunista Português (PCP) também manifesta “grande preocupação com as notícias” e frisa que “os mais de 300 trabalhadores da Dielmar, importante empregador da Freguesia de Alcains, Concelho de Castelo Branco foram confrontados com a notícia do pedido de insolvência no momento em que a empresa estava encerrada para férias”.

Para os comunistas, “dada a importância económica e social da empresa, o Governo deve desencadear todos os instrumentos ao seu alcance para impedir o seu encerramento, para assegurar os postos de trabalho e assegurar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores”.

Mais à frente pode ler-se que “o PCP sublinha que a empresa recebeu apoios no Lay-off dos trabalhadores, com o Estado a suportar a maior parte dos custos salariais (84 por cento)”.

Para a DORCB “a autarquia de Castelo Branco tem o

dever de contribuir de encontrar uma solução para a continuidade da empresa”, argumentando que “no atual quadro de aumento do desemprego, Castelo Branco não oferece alternativas ao emprego e porque seria um crime desperdiçar as altas competências e qualificações das trabalhadoras e trabalhadores da Dielmar”.

O Movimento Castelo Branco Merece Mais “lamenta que tenha solicitada a insolvência da empresa Dielmar neste momento e que este pedido ponha em risco mais de 300 postos de trabalho no Concelho e na vila de Alcains”, acrescentando que “os efeitos do encerramento desta empresa terão um impacto desastroso nos trabalhadores e nas respetivas famílias com a agravante de alguns casos trabalharem ambos na empresa, mas também no comércio local e em geral em toda a atividade económica local e regional. Será um fator preponderante no agravamento da inclusão social neste concelho”.

Afirma, em comunicado, que “lemos com atenção as notícias veiculadas pela Comunicação Social. A justificação da administração da empresa e a explicação do senhor ministro da Economia. O futuro da empresa está nas mãos dos credores e fundamentalmente nas mãos do Governo”.

Realça, por outro lado, que “quanto à Câmara de Castelo Branco desconhece-se o papel que ela terá tido, tanto de bom, como de mau, para evitar esse fecho. Fica a dívida se, no quadro de letargia em que sempre se moveu, e move, excedeu a sua influência e a pressão que lhe eram exigidas como defensor maior das pessoas, dos Albicastrenses e do desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco”.

A Gazeta do Interior vai de férias

Por motivo de férias dos colaboradores a *Gazeta do Interior*

não é publicada na próxima semana. Estaremos de volta na

edição de 18 de agosto.

A todos os leitores e anun-

ciantes agradecemos a compreensão.

Gazeta
DO INTERIOR